

A stylized illustration of a backpack. The main body is orange, the top flap is a darker orange, and the straps are dark grey. Two white buckles are visible on the straps. A light orange rounded rectangle with a dashed border is positioned at the top center, containing the title and subtitle.

MOCHILA PARA A CIDADANIA
manual de atividades

MOCHILA PARA A CIDADANIA

manual de atividades



Entidade Parceira:



FICHA TÉCNICA

Título

Mochila para a Cidadania

Autora

Catarina Domingos¹

Ricardina Dias²

Revisão de Conteúdos

Maria Costa Duarte³

Edição

EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal

Associação – Santarém

Rua Prior do Crato, N.º2

2005-364 Santarém

Tel. 967084621 | santarem@eapn.pt

Edição Gráfica

Bruno Maia Alves

Versão Digital

Data de edição

2021

ISBN

978-989-8304-80-3

Catarina Domingos¹ - Socióloga, dinamizadora no Programa de Ocupação de Tempos Livres de Longa Duração do IPDJ (Instituto Português do Desporto e Juventude).

Ricardina Dias² - Assistente Social, técnica do Núcleo Distrital de Santarém da EAPN PT

Maria Costa Duarte³ - Psicóloga sistémica

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....5

1. DIREITOS HUMANOS, DESIGUALDADE DE GÉNERO E CIDADANIA

Direitos Humanos.....	6
Igualdade.....	7
Cidadania.....	9
Atividades.....	
1. A Gravidez e o Trabalho.....	10
2. A importância dos Direitos Humanos.....	11
3. Missão das Profissões.....	12
4. Que Direitos Humanos escolhemos?	13
5. Para Trabalho Igual Salário Diferente?	14
Referências Bibliográficas.....	16

2. EXCLUSÃO SOCIAL E POBREZA

Exclusão Social.....	17
Pobreza.....	17
Pessoas em situação de sem abrigo.....	20
Atividades.....	
1. Aprender sobre a Pobreza e a Exclusão Social.....	21
2. Como sou visto na sociedade?	22
3. Terra à Vista!	24
4. Colocar-se no Lugar do Outro.....	26
5. Redistribuindo a Riqueza.....	27
Referências Bibliográficas.....	29

3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Que novos hábitos podemos criar para termos um estilo de vida mais sustentável e amigo do ambiente?.....	30
Agenda 2030.....	31
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	31
Alterações climáticas.....	32

Atividades.....	
1. A Enciclopédia do Desenvolvimento Sustentável.....	34
2. O Pequeno Teste: Febre no Planeta.....	35
3. O Verdadeiro Custo de uma T-Shirt de Algodão.....	38

Referências Bibliográficas.....	40
---------------------------------	----

4. VOLUNTARIADO

O que é o Voluntariado?	41
O voluntariado em Portugal.....	41
Motivações para o Voluntariado.....	42
Atividades.....	
1. Um dia como Voluntários.....	43
Referências Bibliográficas.....	44

5. INTERCULTURALIDADE E MULTICULTURALISMO

Como se define cultura?	45
Culturas maioritárias e minoritárias.....	45
Comunidade cigana em Portugal.....	46
Racismo.....	47
Atividades.....	
1. O Outro Lado da Rede.....	48
2. Minorias.....	49
3. O que há de comum nas diferenças?	50
4. Imagina que.....	51
Referências Bibliográficas.....	52

6. PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

A democracia em Portugal.....	53
Atividades.....	
1. O Jogo da Democracia.....	55
2. Cada Voto Conta.....	57
3. Voto ou Abstenção?	61
4. Debate Democrático.....	63
Referências Bibliográficas.....	65

NOTA FINAL.....67

INTRODUÇÃO

A EAPN Portugal (*European Anti Poverty Network, em português Rede Europeia Anti-Pobreza*) é uma associação sem fins lucrativos que tem como missão “contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, em que todos sejam corresponsáveis na garantia do acesso dos cidadãos a uma vida digna, baseada no respeito pelos Direitos Humanos e no exercício pleno de uma cidadania informada, participada e inclusiva”. A EAPN Portugal visa a coerência pelo princípio fundamental da **dignidade** humana, da mesma forma que ambiciona um mundo livre de pobreza e de exclusão social. Os valores que guiam a Associação são a dignidade, com foco na “defesa das condições de vida adequadas às necessidades e expectativas legítimas da população”; a **justiça**, olhando pela “defesa dos direitos e deveres fundamentais das pessoas, consubstanciados nas condições materiais e culturais de vida”; a **solidariedade**, atuando “na partilha de fins e de meios de construção de uma sociedade mais justa”; e a **igualdade**, tendo em conta uma “condição comum face aos direitos e aos deveres baseada na ausência de discriminação”.

O projeto Mochila para a Cidadania é um projeto desenvolvido pelo Núcleo Distrital de Santarém da EAPN PT e tem como objetivo de consciencializar e sensibilizar as camadas mais jovens para várias temáticas relacionadas com a educação cívica: direitos humanos e igualdade de género, pobreza e exclusão social, sustentabilidade, interculturalidade, voluntariado e participação democrática são os seis temas que serão aprofundados neste manual. Espera-se que os/as jovens se sintam mais informados/as e educados/as em relação a estas temáticas e que participem abertamente nas dinâmicas apresentadas, que reflitam e que debatam, de modo que sejam capazes de lidar com eventuais situações reais que possam enfrentar no dia-a-dia.

Este livro é destinado a todas as pessoas envolvidas no âmbito escolar, incluindo docentes e facilitadores/as, pais/mães e famílias; estudantes e quaisquer outros agentes educadores do meio escolar.

Acreditamos ser essencial a promoção do combate à pobreza e à exclusão social a nível escolar, de modo que os alunos e alunas possam crescer a aprender que devem respeitar o próximo, não discriminar, lutar por vidas mais dignas e ser tolerantes.

1. DIREITOS HUMANOS, IGUALDADE DE GÊNERO E CIDADANIA

DIREITOS HUMANOS

Muitas das situações que serão abordadas neste manual vão ao encontro de violações daquilo a que chamamos de Direitos Humanos. Para as conhecermos e prevenirmos, abordaremos as temáticas da democracia, da tolerância, da valorização da dignidade, de igualdade e de cidadania, através das quais se promovem estes mesmos direitos humanos. A noção dos valores em que se baseiam os direitos humanos deve ser algo sempre presente na nossa vida quotidiana, não só mas também para sabermos como lidar com adversidades com que nos deparemos.

Mas na verdade, o que são os direitos humanos? A Organização das Nações Unidas oferece-nos a seguinte definição: *direitos humanos são garantias jurídicas universais que protegem indivíduos e grupos contra ações ou omissões dos governos que atentem contra a dignidade humana. São direitos comuns a todos os seres humanos, independentemente da sua origem, que têm como objetivo conferir a todos/as, sem exceção, uma vida digna baseada no respeito. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, liberdade de opinião e expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre outros. Todos/as merecemos usufruir destes direitos, sem discriminação. Estes direitos encontram-se consagrados em declarações, convenções e pactos internacionais, sendo a sua maior referência a Declaração Universal dos Direitos Humanos.*

Artigo 1

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2

Todo o ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo 3

Todo o ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos são proibidos em todas as suas formas.

Artigo 5

Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

A adoção e proclamação desta declaração constituiu um marco histórico dos direitos humanos no Mundo, com o objetivo de proteger e salvaguardar todas as injustiças que se podem vivenciar. Isto aconteceu no dia 10 de dezembro de 1948, em Paris, através da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas. No entanto, e apesar dos vários protocolos que têm sido assinalados nos últimos anos, são ainda muitos os casos que violam os Direitos Humanos, como a discriminação por razões de etnia, sexo, religião, entre outros, e é por essa razão que devemos estar sempre alerta a situações ou acontecimentos que possam ir contra aquilo que são os valores e condições que garantem a vida em sociedade com dignidade para todos/as.

De entre todos os direitos humanos consagrados, recentemente tem vindo a aumentar a ênfase na defesa dos chamados direitos sexuais e reprodutivos. Embora sejam distintos, estão interligados entre si: segundo a Amnistia Internacional, direitos sexuais e reprodutivos estabelecem que todas as pessoas devem ter liberdade para tomar as decisões que quiserem relativamente ao seu corpo e devem também ter acesso a informação precisa sobre essas questões, tal como consultas sobre saúde sexual e reprodutiva. Devem poder escolher se querem casar, quando e com quem, se querem ter filhos e quantos querem ter. Porém, existem vários lugares onde esses direitos não estão assegurados, além de situações de violação desses direitos como abuso sexual, mutilação genital feminina ou gravidez, aborto ou esterilização forçados.



IGUALDADE

Este conceito remete para a ideia fundamental de que nenhum indivíduo deve ser beneficiado ou prejudicado em relação a outros, por razões diversas como o sexo, a religião, a idade, a origem, etc.. Este é um dos princípios base pelo qual se regem os Direitos Humanos, já abordados acima. Mais do que nunca, enquanto indivíduos de uma sociedade, nós somos os/as principais influenciadores/as para a igualdade, pois temos poder sobre a construção da consciência social.

Sabias que...

- O conceito de igualdade, como o conhecemos hoje, surgiu com a Revolução Francesa, em 1789, Liberdade, Igualdade e Fraternidade?
- Há grupos de pessoas, tais como as minorias étnicas, os povos indígenas, as mulheres, as crianças ou as pessoas com deficiência, que estão mais expostas à discriminação e que isso se reflete na falta de igualdade de oportunidades?
- Para haver igualdade de oportunidades é necessário reconhecer e valorizar a diversidade?

No que concerne ao conceito da Igualdade, uma das temáticas que mais tem suscitado dilemas nas sociedades contemporâneas diz respeito à igualdade entre homens e mulheres, mais particularmente, à igualdade de oportunidades entre ambos. Um dos contextos onde se podem observar diferenças nas oportunidades disponíveis para homens e mulheres é o mercado de trabalho.

Sendo um problema social complexo, é fundamental mobilizar a população, através de estratégias de sensibilização e de aprendizagem, para o desenvolvimento do sentido crítico

relativamente à promoção da igualdade de mulheres e homens nos vários contextos existentes.

No caso das mulheres, é particularmente evidente a dificuldade da conciliação da vida pessoal e familiar com a vida profissional. Para responder a estas dificuldades e necessidades específicas, salientam-se os seguintes ideais:

- Estabelecimento de horários de trabalho flexíveis, que permitam a conciliação entre os vários papéis a desempenhar enquanto mulher;
- Possibilidade de adaptação do tempo semanal de trabalho;
- Possibilidade de trabalho a partir de casa quando necessário;

Alguns factos importantes

- 60 em cada 100 pessoas com ensino superior são mulheres;
- 31 em cada 100 pessoas dos quadros superiores, enquanto dirigentes, são mulheres;
- As mulheres trabalham: +2 horas por dia, +14 horas por semana, +56 horas por mês do que os homens;
- As mulheres ganham até menos 169€ de salário base do que os homens.

In Animar (2010). Igualdade é Desenvolvimento

Para lidar com estas desigualdades, é importante saber reagir a estas situações quando vivenciados no dia-a-dia. Além disso, existem outras formas de combater a desigualdade entre os géneros, por exemplo, com uma simples mudança de alguns conceitos.



Mudar de...	Para...
Os portugueses	O povo português
Língua materna	Língua de origem
Os políticos	A classe política
O Homem	O Ser humano



CIDADANIA

Este conceito pode ser entendido como um vínculo jurídico entre o Indivíduo e o respetivo Estado, traduzindo-se num conjunto de direitos e deveres, ou seja, tudo aquilo que faz de uma pessoa um/a cidadão/a ou integrante pleno de um Estado. Assim, cabe aos estados determinar quem são os/as seus/uas cidadãos/ãs e a quem é possível atribuir a cidadania, de acordo com dois critérios:

- O da filiação ou jus sanguinis – que determina que a cidadania ou nacionalidade é passada de pais para filhos;
- O do local de nascimento ou jus soli – que determina que uma pessoa que nasça no território diferente do estado de nacionalidade dos seus pais pode requerer a cidadania ou nacionalidade desse mesmo território/estado;

Os critérios de atribuição de cidadania variam de acordo com a constituição de cada país/estado.

Por outro lado, a cidadania comporta diferentes dimensões:

- Civil – direitos e deveres inerentes à liberdade individual, à liberdade de expressão e de pensamento, direito de propriedade e de conclusão de contratos, bem como o direito à justiça;
- Política – direito e dever de participação no exercício do poder político, como eleito/a ou eleitor no conjunto das instituições de autoridade política;
- Social e económica – conjunto de direitos e deveres relativos ao bem-estar económico e social, incluindo a segurança social até à partilha do nível de vida segundo os padrões prevaletentes na sociedade.

Para além da cidadania nacional, pode considerar-se também a cidadania de uma união de estados e/ou países, como é o caso da União Europeia. A cidadania da União Europeia é complementar à cidadania nacional e não a substitui. A nacionalidade dos/as cidadãos/ãs dos Estados-Membros é inteiramente da competência desses Estados, que estabelecem as condições de aquisição e perda da nacionalidade, sendo regulada pelo Direito Nacional. A cidadania da União não pode ser adquirida nem perdida sem a aquisição ou a perda da nacionalidade de um Estado-Membro. Representa, sobretudo, um novo estatuto decorrente do Direito Europeu.

Através da cidadania europeia pretende-se estabelecer um vínculo direto entre os/as cidadãos/ãs dos Estados-Membros e a própria União Europeia, procurando construir, a esse nível, uma relação idêntica à existente entre os/as cidadãos/ãs e o seu país. O objetivo centra-se no reforço da legitimidade democrática da União Europeia e na melhoria da participação e interesse dos/das cidadãos/ãs no controlo democrático das atividades e decisões das instituições europeias.



#ATIVIDADES

1. A GRAVIDEZ E O TRABALHO

Faixa Etária: a partir dos 12 anos.

Duração: 90 minutos.

Material: espaço suficiente para a encenação e para o trabalho de grupo.

Número de participantes: mínimo 6 participantes.

Objetivos: dar a conhecer e sensibilizar para a importância dos direitos reprodutivos das mulheres; informar sobre desigualdades relativamente a direitos reprodutivos em contexto de trabalho; criar uma situação em que os participantes possam experimentar a sensação de ser discriminado; promover o desenvolvimento de sentido de igualdade, justiça e responsabilidade.

Atividade:

1. Introduzir a atividade, esclarecendo que se trata de uma curta dramatização sobre os direitos reprodutivos das mulheres no local de trabalho. Conduzir uma breve apresentação do tema para que os/as participantes compreendam o termo.
2. Dividir o número de participantes em pequenos grupos (no máximo cinco por grupo).
3. Ler o seguinte texto, que será a base para a encenação:

A Maria está desempregada há quase um ano e anda muito empenhada a procurar um novo emprego. Há dez dias foi a uma entrevista de um emprego de sonho – exatamente o que andava à procura! Tudo correu bem e o trabalho foi-lhe oferecido. A empresa pediu-lhe que se encontrasse com o Sr. Santos, o chefe de pessoal, para assinar o contrato. As suas responsabilidades e as restantes questões relacionadas com o seu trabalho já tinham sido discutidas na entrevista. Maria estava já prestes a assinar o contrato, quando o Sr. Santos a avisou que uma das condições era que ela assinasse uma declaração garantindo que não ia ter filhos nos próximos dois anos.



4. Dar 20 minutos aos/às participantes para, em grupo, pensarem no final da história e para a dramatizarem. A representação deve começar na entrevista de Maria com o Sr. Santos e não deve demorar mais de cinco minutos.

5. Convidar cada pequeno grupo a apresentar a sua peça.

6. No final, promover um tempo para reflexão, debate e análise final. Todos os elementos devem ter oportunidade para falar.

Tópicos para reflexão e debate:

- Que sentimentos é que esta situação nos provoca? [Se necessário, estimular: surpresa, incredulidade, zanga, raiva, injustiça, etc.]
- Acham que uma situação como estas acontece no nosso país?
- Os finais que cada grupo apresentou eram realistas? Há mais alguma outra forma de lidar com a situação, além das que foram apresentadas?
- Esta situação é difícil para a Maria. Na vossa opinião, o que é mais difícil para a Maria? E menos difícil?
- Quais os pontos fortes – e fracos – da forma como a Maria lidou com a situação, em cada uma das encenações?
- Conhecem os Direitos das Mulheres no trabalho, no vosso país, quando estão grávidas?
- Porque é que a empresa impõe uma condição destas? Acham justa? Porquê? Por que não?
- Neste caso, há alguma violação dos Direitos Humanos? Se sim, qual ou quais?
- Os rapazes concordam com as raparigas?
- O que é que pode ser feito para promover e proteger os direitos reprodutivos das mulheres?

#ATIVIDADES

2. A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS

Faixa Etária: entre 8-10 anos.

Duração: 90 minutos.

Número de participantes: 4-24 participantes.

Objetivos: aprofundar o conhecimento sobre os direitos humanos, exercitar a criatividade e treinar competências de comunicação.

Material: folhas brancas e materiais de desenho/pintura; cópias da Declaração Universal dos Direitos do Homem para todos/as os/as participantes; local para afixação dos desenhos e construção do mural.

Atividade:

1. Apresentar a atividade, explicitando o que são direitos universais e no que consiste a Declaração Universal dos Direitos do Homem.
2. Distribuir uma cópia da Declaração Universal dos Direitos do Homem a todos/as os/as participantes, folhas brancas e materiais de desenho e/ou pintura.
3. Consoante o tamanho do grupo, sinalizar um (grupos maiores) ou dois artigos (grupos menores) diferentes para cada um dos/as participantes e discutir em grupo o que entendem do(s) artigo(s) sinalizado(s). Devido à complexidade da linguagem, os artigos devem ser adequados e/ou resumidos à essência do respetivo direito, por exemplo: Artigo 12 – “Ninguém sofrerá intromissões arbitrarias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a proteção da lei.” Vs. “Todas as pessoas têm direito à sua privacidade”. Se necessário, consultar a tabela resumo no final.

4. Pedir aos/às participantes para escreverem o(s) direito(s) na folha branca e para decorarem essa folha como entenderem: pinturas, desenhos. A criatividade não tem limites!

5. Quando todos/as os/as participantes terminarem os trabalhos, pedir a cada um deles que, pela ordem numérica dos artigos (1º, 2º, 3º...), apresentem ao resto do grupo o(s) direito(s) que trabalharam e que venham colocá-lo(s) no mural, afixando-o na parede.

6. Entre cada direito apresentado, suscitar uma pequena reflexão em grupo e pergunte:

- Porque é que este direito é importante?
- Conseguem identificar alguma situação em que este direito seja e não seja respeitado?

Tópicos para reflexão e debate:

Discuta a atividade com os/as participantes:

- Gostaram de realizar esta atividade?
- Aprenderam alguma coisa que ainda não soubessem?
- Acham que todas as pessoas conhecem os seus direitos?

Declaração Universal Direitos Humanos - Humana

Esta lista resume cada artigo em uma ou duas palavras

1. Dignidade	16. Família
2. Igualdade	17. Propriedade
3. Vida	18. Religião
4. Liberdade	19. Expressão
5. Integridade	20. Participação
6. Personalidade jurídica	21. Democracia
7. Justiça	22. Bem-estar
8. Reparação	23. Trabalho
9. Proteção	24. Lazer
10. Equidade	25. Saúde
11. Julgamento justo	26. Educação
12. Privacidade	27. Cultura
13. Movimento	28. Direitos Humanos
14. Asilo	29. Solidariedade
15. Nacionalidade	30. Responsabilidade

Tabela resumo: Declaração Universal dos Direitos Humanos.

https://www.amnistia.pt/wp-content/uploads/2018/11/Kit-de-atividades-para-comemora%C3%A7%C3%A3o-dos-70-anos-da-Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos_web.pdf

#ATIVIDADES

3. MISSÃO DAS PROFISSÕES

Faixa Etária: a partir dos 15 anos.

Duração: 45 minutos.

Material: um quadro grande; canetas ou giz para quadro.

Número de participantes: 14-30 participantes.

Objetivos: Criar uma situação de decisão em grupo, que promova o conhecimento sobre o processo de eleição democrático; promover a reflexão sobre os desafios da democracia.

Atividade:

1. Apresentar a atividade, lançando a questão “que profissão gostarias de exercer no futuro?” e escrever a lista dessas mesmas profissões num quadro.

2. Em seguida, apresentar o seguinte cenário imaginário: “aterrou uma nave no planeta Terra vinda de outro planeta, que ficou destruído com uma guerra. Os seres extraterrestres dessa mesma nave vieram para pedir ajuda aos Humanos, para conseguirem reconstruir o seu planeta e a sua sociedade, mas desta vez de maneira a não voltarem a cometer os mesmos erros do passado que os levou à guerra e destruição”.

3. Para isso, a turma tem como missão escolher 7 pessoas e 7 profissões, ou seja, da lista de profissões já construída serão selecionadas sete, desempenhadas pelos sete alunos/as que as indicaram, para irem com os seres extraterrestres para o seu planeta e ajudá-los na sua missão.

4. Inicialmente, dar 5 minutos a cada aluno/a para que faça esta escolha das sete profissões individualmente, do conjunto de profissões já listado no quadro.

5. Posteriormente, informar que o/a professor/a irá sair da sala durante 20 minutos e que durante esses 20 minutos a turma terá que:

a) Escolher, em conjunto, as 7 pessoas que deverão embarcar na nave;

b) Eleger um/a porta-voz que deverá apresentar o resultado da escolha da turma: enumerar as profissões selecionadas, explicar o porquê de essas serem as escolhas da turma e quais foram as metodologias utilizadas pela turma para conseguirem chegar a uma conclusão comum em conjunto.

6. Após a apresentação, promover uma pequena discussão/reflexão, durante cerca de 20 minutos, sobre o que se passou durante este exercício.

Tópicos para reflexão e debate:

▪ Alguém aqui sente que não pode/não conseguiu expressar a sua opinião? Se sim porquê? [Explorar junto daqueles que menos participaram, atender à linguagem não verbal]

▪ Sentiram alguma dificuldade em realizar este exercício? Se sim, qual e porquê?

▪ Na vossa opinião, o método que utilizaram para chegar a uma decisão conjunta foi o melhor? Acham que este método foi ao encontro de uma decisão democrática? Porquê?

#ATIVIDADES

4. QUE DIREITOS HUMANOS ESCOLHEMOS?

Faixa Etária: a partir dos 12 anos.

Duração: 50 minutos.

Material: uma cópia da folha de afirmações; folhas A3 e canetas; espaço para os participantes se movimentarem.

Número de participantes: 10-20 participantes.

Objetivos: promover a compreensão das diferenças entre direitos civis e políticos e direitos económicos, sociais e culturais.

Atividade:

1. Iniciar a atividade por preparar 2 cartazes - um onde se leia “Concordo”, e outro onde se leia “Discordo” e colar em paredes opostas da sala, de modo que os/as participantes consigam formar uma linha entre os dois.

2. Explicar que serão lidas uma série de afirmações (ver ficha no final) com as quais os/as participantes podem concordar em maior ou menor medida.

3. Mostrar as duas posições extremas – os cartazes indicando “Concordo” e “Discordo”. Explicar que, para cada afirmação lida, cada participante deve ocupar um lugar na linha imaginária entre os dois cartazes, e que essa posição representa o seu grau de concordância ou discordância com a afirmação.

4. Exemplificar com uma afirmação simples para confirmar que todos/as os/as participantes compreenderam a instrução. Ex: gosto de legumes.

5. Encorajar a reflexão e a análise. Pedir a quem estiver mais perto dos cartazes para explicar o motivo da sua posição.

6. Os/as participantes podem alterar a sua posição na linha ao ouvir os argumentos de outras pessoas.

Questões para reflexão:

- Porque é que mudaram de posição durante as discussões?
- Ficaram surpreendidos com o nível de desacordo sobre as várias questões?
- Será que é importante que não estejamos de acordo acerca de Direitos Humanos?
- Acham que é possível algum dia todas as pessoas estarem de acordo em relação aos Direitos Humanos?

Ficha: folha de afirmações

- É mais importante ter um teto do que poder dizer aquilo que se quiser.
- As pessoas têm o dever de trabalhar, mas não o direito de trabalhar.
- A responsabilidade básica de qualquer governo é a de se certificar que todos/as os/as cidadãos/ãs têm alimentos suficientes.
- O direito “ao descanso e ao lazer” é um luxo que só os países ricos conseguem proporcionar.
- Não cabe ao governo garantir que as pessoas não morrem de fome mas, sim, a cada um.
- A forma como tratamos os/as nossos/as cidadãos/ãs é problema nosso e não da comunidade internacional.
- Os países pobres devem preocupar-se em garantir um nível de vida básico às suas populações, antes de se preocuparem em garantir os Direitos Civis e Políticos dos/as cidadãos/ãs.
- A desigualdade económica extrema é uma violação dos direitos básicos.
- Os Direitos Económicos, Sociais e Culturais expressam um ideal de futuro, ou seja, a forma como o mundo deveria ser, mas o mundo como funciona hoje não está preparado para os garantir.
- Se não conseguirmos garantir os nossos direitos, então não vale a pena eles existirem.
- Alguns direitos são mais importantes que outros.
- As pessoas que vivem em situação de sem-abrigo estão assim porque querem.
- As pessoas ricas são mais felizes do que as pobres.
- É impossível erradicar, ou seja, acabar completamente a pobreza.
- Não nascemos com direitos, temos que conquistá-los.

5. PARA TRABALHO IGUAL SALÁRIO DIFERENTE?

Faixa Etária: a partir dos 10 anos.

Duração: 60 minutos.

Material: uma cópia da ficha “Valores dos salários” (ver FICHA no final); Etiquetas: uma para cada participante/trabalhador ou trabalhadora – com referência à idade e sexo do trabalhador/a; canetas; dinheiro.

Número de participantes: 12-20 participantes.

Objetivos: Introduzir a realidade da discriminação no local de trabalho e promover a consciencialização sobre os direitos.

Atividade:

1. Iniciar por explicar o seguinte cenário imaginário: “todos/as os/as participantes têm um emprego. Nesse emprego desempenham uma determinada função. A cada um/a será atribuído uma idade e género imaginário. No final do dia será pago a cada um/a o salário correspondente”. Verificar se há dúvidas.

2. Distribuir as etiquetas aleatoriamente, uma para cada participante.

3. Explicar a tarefa que têm a realizar e garantir que todos/as compreenderam a tarefa a desempenhar. (exemplo de tarefa: ver no dicionário o significado de uma palavra e escrevê-lo num pedaço de papel).

4. Quando as tarefas estiverem terminadas, pedir para os/as participantes formarem uma fila indiana para receberem o salário. Pagar a cada pessoa, tendo por base os preços estipulados na lista dos “Valores dos salários” (ver ficha), ou seja, de acordo com o seu sexo e idade. É muito importante que todos/as ouçam quanto é que cada pessoa está a receber.

Questões para reflexão:

- Como é que se sentiram quando se aperceberam de que tinham recebido mais ou menos do que os colegas, apesar de todos terem feito o mesmo trabalho?
- Porque é que umas pessoas receberam mais ou menos do que outras?
- Como é que se sentiram ao receber mais do que as outras pessoas? Como é que se sentiram ao receber menos do que as outras?
- Este tipo de discriminação, ou seja, de diferenciação entre idades e género, acontece na vossa região, no vosso país?
- O que acham sobre o mesmo trabalho ser pago de forma diferente consoante é feito por um homem ou uma mulher? Porquê? Por que não? Em que situação?
- Então e no caso de um homem e uma mulher desempenharem a mesma função, será que um deve receber mais que outro?
- Se um homem e uma mulher tiverem as mesmas qualificações, é justo que um dos dois tenha um salário mais alto?
- Acham que há funções que devem ser desempenhadas exclusivamente por homens? Porquê? Por que não? Se sim, que trabalhos?
- Acham que há trabalhos que devem ser feitos exclusivamente por mulheres? Porquê? Por que não? Se sim, que trabalhos?
- Há alguma lei, no vosso país, que diferencie os salários com base na idade? Se não há, acham que deveria haver?

5. PARA TRABALHO IGUAL SALÁRIO DIFERENTE?

FICHA: O VALOR DOS SALÁRIOS DE ACORDO COM O GÉNERO E A IDADE

Etiqueta	Género	Idade	Salários em euros
1	Masculino	35 anos	1000
2	Feminino	16 anos	300
3	Masculino	22 anos	700
4	Feminino	32 anos	900
5	Masculino	16 anos	500
6	Feminino	19 anos	600
7	Masculino	26 anos	1000
8	Masculino	20 anos	700
9	Feminino	24 anos	800
10	Masculino	37 anos	1000
11	Feminino	17 anos	300
12	Feminino	23 anos	800



Referências Bibliográficas

CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPEIA JACQUES DELORS. (s.d.). Cidadania e Cidadania Europeia. Obtido de Eurocid: <https://eurocid.mne.gov.pt/cidadania-europeia/cidadania-e-cidadania-europeia>. Consultado em 17/08/2021.

DIÁRIO DA REPÚBLICA ELETRÓNICO. (s.d.). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Obtido de <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Consultado em 17/08/2021.

DICIONÁRIO DO DESENVOLVIMENTO. (s.d.). Igualdade. Obtido de <https://ddesenvolvimento.com/portfolio/igualdade/>. Consultado em 19/08/2021.

ANIMAR (2010). Igualdade é Desenvolvimento. Obtido de https://www.animar-dl.pt/site/assets/files/5222/igualdade_e_desenvolvimento-1.pdf. Consultado em 19/08/2021.

AMNISTIA (s.d.). Direitos sexuais e reprodutivos. Obtido de: <https://www.amnistia.pt/tematica/direitos-sexuais-reprodutivos/>. Consultado em 4/10/2021.

2. EXCLUSÃO SOCIAL E POBREZA

EXCLUSÃO SOCIAL

Exclusão social é um termo, relativamente recente, que caracteriza o distanciamento de uma pessoa ou grupo que esteja em situação desfavorável ou vulnerável em relação aos demais indivíduos e grupos da sociedade. A pessoa ou grupo excluído fica privado de participar em algumas ou todas as atividades da vida social, por alguma razão, e por isso é frequente serem rejeitados e/ou deixados à margem, ou seja, marginalizados. Das diferentes formas de exclusão social, podemos destacar: a exclusão cultural e étnica (ex: minorias étnicas); a exclusão econômica (de pessoas com rendas inferiores); a exclusão etária (ex: crianças e idosos); a exclusão patológica (exclusão relativa às doenças).

In <https://www.significados.com.br/exclusao-social/>

A exclusão social pode acontecer de duas formas diferentes:

AUTOEXCLUSÃO

A pessoa exclui-se, a si mesma, do meio social em que se encontra. Esta situação pode dever-se a razões várias, nomeadamente a possibilidade de se sentir inferiorizada em relação aos outros, de sentir dificuldade em se relacionar, por se sentir desmotivada, entre outros.

HÉTERO-EXCLUSÃO

A própria sociedade ou um conjunto de cidadãos/ãs excluem outra pessoa ou grupo de pessoas. Ex: pessoas com deficiência, minorias étnicas, refugiados, entre outros.

POBREZA

A pobreza envolve mais do que a falta de recursos e de rendimento que garantam meios de subsistência sustentáveis. A pobreza manifesta-se através da fome e da malnutrição, do acesso limitado à educação e a outros serviços básicos, à discriminação e à exclusão social, bem como à falta de participação na tomada de decisões.

Ser pobre não é uma característica pessoal, como por vezes se afirma, mas sim uma situação que as pessoas experimentam por um determinado período de tempo. Devido a uma situação como esta, as pessoas podem deparar-se com desvantagens em várias áreas, como num contexto de emprego, cuidados de saúde insuficientes, obstáculos à educação.

In Organização das Nações Unidas (<https://unric.org/pt/eliminar-a-pobreza/>)

Podem distinguir-se Pobreza Absoluta e Pobreza Relativa:

Pobreza Absoluta

Pobreza severa ou extrema; situações em que os indivíduos não têm as suas necessidades básicas satisfeitas, tais como alimentação, habitação, saúde, educação.

Pobreza Relativa

Situação em que o estilo de vida e/ou os rendimentos dos indivíduos são inferiores ao da maior parte das pessoas inseridas na sua sociedade, dificultando ou mesmo impedindo a sua participação na sociedade a nível económico, social e cultural.

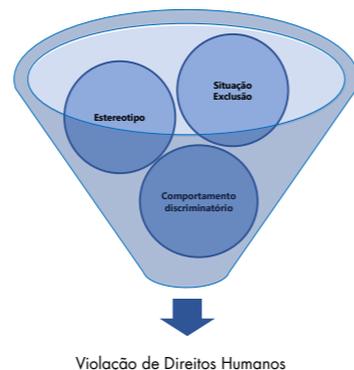


SER POBRE IMPLICA NECESSARIAMENTE A EXCLUSÃO SOCIAL?

Embora sejam conceitos diferentes, acabam geralmente por se relacionar. Um indivíduo pode não estar em situação de pobreza e sentir-se e/ou ser excluído socialmente devido a doença, religião, deficiência, etc. Por outro lado, a situação de pobreza, associada à falta de rendimentos ou insuficiência financeira, leva frequentemente à exclusão social, uma vez que indivíduos em situação de pobreza ficam privados de exercerem os seus direitos e, por isso, poderão não assumir os seus deveres. Alguns exemplos disso são: dificuldade de acesso a cuidados de saúde; impossibilidade de frequentar atividades culturais pagas (cinema, teatro, etc.); dificuldade de acesso à Educação, ex: prosseguir estudos; falta de acesso a uma alimentação saudável e equilibrada.

É frequente encontrar ideias erradas sobre pobreza e exclusão social, isto é, estereótipos. Isto acontece com conceitos que definem realidades que não conhecemos ou experimentamos pessoalmente, e por isso aquilo que conhecemos são ideias preconcebidas, padronizadas e generalizadas, que ouvimos dizer a alguém, sem termos um conhecimento profundo sobre isso. Este conhecimento determina a forma como nos comportamos e, neste caso, estes estereótipos estão na origem de comportamentos discriminatórios do outro, que conduzem a um ciclo de exclusão que culmina com a violação dos direitos do outro.

Para evitar este tipo de comportamento, devemos procurar conhecer a realidade como ela é, ao invés de ficarmos por noções generalizadas que, por vezes, estão longe da verdade. É aqui, na mudança de perspetiva e comportamento de cada um de nós, que reside a possibilidade de mudança para uma sociedade justa, coesa e baseada na equidade.



Abaixo listamos algumas ideias erradas que surgem frequentemente sobre as pessoas que se encontram em situações de pobreza e/ou exclusão social:

- “É pobre, logo é delinquente”;
- “São pobres porque não querem trabalhar”;
- “São ciganos, não trabalham, e andamos nós a trabalhar para eles”;
- “Os pobres são todos iguais”;
- “Quem tem casa não é pobre”.

Como vimos acima, é muito importante conhecermos a realidade para não incorrer em perceções generalistas e erradas que estão na base de posturas que marginalizam e excluem pessoas, contribuindo para uma sociedade injusta, desigual e onde se agudiza o sofrimento.

ALGUNS DADOS IMPORTANTES:

- Em 2019, metade da população em risco de pobreza tinha um rendimento mensal inferior a 408€ e 25 cêntimos.
- Dados de 2020 mostram que o risco de pobreza ou exclusão social é mais elevado para a população com baixos níveis de escolaridade. Neste ano, 27% da população com o ensino básico e 18 anos ou mais estava em risco de pobreza ou exclusão social.
- No ano 2020, 2056 mil pessoas em Portugal estavam em risco de pobreza ou exclusão social, e 36% dessa população estava em pobreza extrema, isto é, tinham um rendimento inferior a 360€ mensais.
- Em 2021, 20% da população está em risco de pobreza ou exclusão social, destacando-se as mulheres (20.0%), as crianças (21.9%), e a população com 65 anos ou mais (21.4%);

In Observatório Nacional (2021). Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Relatório 2021

COMO SE MEDE A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL?

Medir a pobreza é uma tarefa complicada por falta de padrões e índices que permitam ter uma ideia aproximada e comparativa entre as economias dos diversos países e regiões do planeta.

O primeiro indicador surge na Organização das Nações Unidas (ONU) através do índice de pobreza, criado em 1997: um parâmetro estatístico que esta organização desenvolveu para medir o nível de pobreza que prevalece nos vários países e que reflete muito melhor do que o Índice de Desenvolvimento Humano qual o nível de privação a que estão expostos os/as cidadãos/ãs de determinada nação.

Atualmente, a União Europeia utiliza outro indicador, o indicador AROPE. Este indicador é o utilizado para acompanhar o objetivo da Estratégia Europa 2030 em matéria

de pobreza. A Taxa AROPE corresponde à população em risco de pobreza ou exclusão social.

In Ajuda em Ação, 2018. Como medir a pobreza mundial

Indicador AROPE (at risk of poverty and/or exclusion – risco de pobreza e/ou exclusão social) é constituído por 2 sub-indicadores:

1) Privação Material e Privação Material Severa: refere-se à inexistência de pelo menos 7 de 13 itens identificados como representativos de necessidades económicas e materiais dos agregados familiares.

2) Baixa intensidade de trabalho: pessoas entre os 0-64 anos que vivem em agregados onde os adultos trabalharam menos de 20% do seu potencial de trabalho total no ano anterior.

In Eurostat, 2021. Glossary: At risk of poverty or social exclusion (AROPE)



PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO

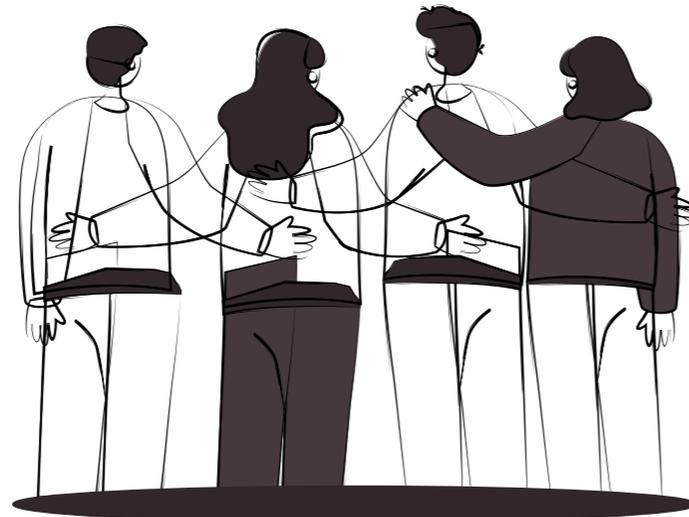
Pessoa em situação de sem abrigo, o que significa?

Considera-se pessoa em situação de sem-abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontra: sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.

In Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017, de 25 de julho

As pessoas em situação de sem abrigo são pessoas que, devido aos mais variados motivos (situações familiares, perdas de emprego, dependências, etc.) não encontram outra opção de vida senão viver na rua, situação da qual é difícil sair. Embora seja comum ouvir-se que as pessoas em situação de sem abrigo estão na rua porque querem, a verdade é que ninguém deseja estar nessa situação. Muitas vezes, ela decorre da falta de perspetivas para o futuro, de pensarem que não conseguem chegar a uma vida melhor e com mais qualidade, contribuindo para que a sua condição de vida permaneça a mesma. No entanto, é possível fazer algo para tentar combater este problema, seja individualmente ou em grupo. As entidades públicas podem e devem trabalhar no sentido de promover a integração destas pessoas a nível social e profissional, por exemplo a partir da criação de programas sensibilização e à prestação de serviços que garantam uma atenção digna e justa às necessidades destas pessoas.

Também os meios de comunicação social têm um papel importante no que toca ao combate dos preconceitos e dos estereótipos criados acerca destas pessoas, uma vez que têm a possibilidade de dar a conhecer à população a realidade da vida das pessoas em situação de sem abrigo, permitindo uma maior reflexão sobre o assunto, incluindo a perceção de que é uma realidade que pode estar próxima de qualquer pessoa, até de nós próprios ou alguém próximo de nós, em determinado momento da vida.



#ATIVIDADES

1. APRENDER SOBRE A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL

Faixa Etária: a partir dos 10 anos.

Duração: 45 minutos.

Número de participantes: mínimo 6

Material: Papel e Lápis, quadro e giz/canetas ou flipchart/papel e canetas.

Objetivos: Desconstrução de preconceitos e estereótipos sobre os conceitos pobreza e exclusão social; enquadramento dos conceitos e reflexão sobre os mesmos.

Atividade:

1. Pedir aos/às alunos/as que, de forma individual, escrevam frases ou ideias que tenham ou que oiçam em casa ou às pessoas próximas, relativamente à Pobreza e Exclusão Social;
2. Solicitar que cada participante partilhe a sua ideia com a turma, em voz alta;
3. Registrar as ideias no quadro ou na folha, em duas colunas ou folhas distintas, consoante sejam relativas a Pobreza ou a Exclusão Social;
4. Dividir a turma em dois grupos: um grupo irá discutir sobre a Pobreza e o outro sobre a Exclusão Social;
5. Promover o debate nos grupos, partilhando opiniões sobre as ideias registadas (se concordam ou não, se discordam em quê; etc.);
6. Convidar cada grupo a partilhar o que descobriram com esta discussão;
7. Sumarizar as principais conclusões, enquadrando os dois conceitos.

#ATIVIDADES

2. COMO SOU VISTO NA SOCIEDADE?

Faixa Etária: a partir dos 15 anos.

Duração: 40 minutos.

Número de participantes: 6-30 participantes.

Material: Computador e projetor ou quadro e giz/canetas, etiquetas adesivas e saco ou cesto para as etiquetas; espaço suficiente para a movimentação dos/as participantes.

Objetivos: Sensibilizar os/as jovens para situações que possam excluir os indivíduos da sociedade.

Atividade:

1. Identificar as etiquetas com os cenários listados abaixo.

2. Pedir a cada participante que retire uma etiqueta adesiva aleatoriamente de um saco, a guarde e não partilhe com ninguém;

3. Dar 2 ou 3 minutos, orientando os/as participantes a fechar os olhos, respirar fundo e imaginarem-se no cenário apresentado na etiqueta;

4. Seguidamente, informar que serão lidas algumas perguntas, sobre as quais devem refletir em silêncio, assumindo o papel que assimilaram anteriormente.

5. As perguntas são as seguintes: Como foi a tua infância? Que tipo de casa tinhas? Qual era a profissão dos teus pais? O que fazes no teu dia-a-dia atualmente? Que tipo de vida tens? Onde vives? Quanto é que ganhas por mês? O que é que fazes nos tempos livres? Vais de férias normalmente? O que é que te motiva, e do que é que tens medo? As perguntas devem ser projetadas ou escritas, ou lidas caso não haja suporte visual, e apresentadas progressivamente com intervalos de aproximadamente 1 minuto, durante os quais os/as participantes são convidados a refletir;

6. Depois de apresentadas todas as questões, pedir que apresentem a sua personagem na 1ª pessoa e/ou que coleem na testa ou na roupa a sua etiqueta adesiva;

7. Solicitar que os/as participantes se alinhem lado-a-lado, imitando uma linha de partida e explicar que serão lidas uma série de situações/acontecimentos (presentes abaixo) e que deverão: dar um passo em frente sempre que fizer sentido de acordo com a personagem que estiverem a interpretar, ou permanecer no mesmo lugar, caso a situação não faça sentido ou não se aplique ao cenário de cada participante;

8. No fim, pedir a todos que observem as posições finais de cada um e, de seguida, promover uma breve discussão sobre a atividade.

Cenários para identificar nas etiquetas:

- És um pai/mãe solteiro/a em situação de desemprego;
- És o/a presidente de uma organização político-partidária;
- És o/a filho/a de um gerente de um banco local;
- És um/a emigrante chinês/chinesa que gere um restaurante com muito sucesso;
- És um/a rapaz/rapariga muçulmano/a que vive com os pais, os quais são religiosamente devotos;
- Tens 75 anos, vives sozinho/a com um gato num apartamento cidadão;
- És o/a dono/a de uma empresa de importação e exportação de grande sucesso;
- És uma pessoa com deficiência que só pode circular com a ajuda de uma cadeira de rodas;
- És um/a rapaz/rapariga cigano/a de 17 anos que nunca chegou a terminar a escola primária;

>>>

#ATIVIDADES

2. COMO SOU VISTO NA SOCIEDADE?

>>>

- És o/a namorado/a de um/a artista viciado em heroína;
- És um/a prostituto/a de meia-idade que está infetado/a com VIH/SIDA;
- És um/a homossexual de 42 anos;
- És uma pessoa licenciada em situação de desemprego, que procura a primeira oportunidade no mercado de trabalho;
- És um/a modelo, natural de um país africano;

- És uma pessoa de 24 anos refugiada, proveniente do Afeganistão;
- És um/a jovem de 27 anos em situação de desemprego;
- És uma pessoa imigrante ilegal do Mali;
- Tens 19 anos, és filho/a de um agricultor e vives com a tua família numa remota aldeia da Serra da Estrela.

#ATIVIDADES

3. TERRA À VISTA!

Faixa Etária: entre os 8 e os 13 anos.

Duração: 45 minutos.

Número de participantes: 8-20 participantes.

Material: envelopes; cópias de cartas de Vontades e Necessidades; tesoura; cola ou fita-cola e folhas de papel.

Objetivos: avaliar o que é essencial para a sobrevivência e desenvolvimento; diferenciar vontades e necessidades; relacionar necessidades humanas e direitos humanos.

Atividade:

1. Iniciar por apresentar o seguinte cenário imaginário: "você estão a navegar até um novo continente, mas para lá chegar terão de lançar ao mar o que não for essencial. [PAUSA] Imaginem que estão prestes a chegar. Nesse continente não há seres humanos, pelo que todas as pessoas serão pioneiras à chegada".

2. Dividir os/as participantes em pequenos grupos (3-4 pessoas) e distribuir a cada grupo um envelope com as cartas de vontades e necessidades. Explicar que estas cartas identificam os bens que eles/as levam na bagagem para viverem no novo continente.

3. Pedir a cada grupo que abra o envelope, leia as cartas em voz alta e examine cada uma com atenção. Alternativa: dar cartas em branco aos/às participantes, dando-lhes a oportunidade de adicionarem algumas coisas que poderão precisar ou que gostariam de ter no novo país.

4. Explicar que o barco se encontra a zarpar e contar a seguinte história:

No início a viagem de barco é muito agradável. O sol está a brilhar e o mar está calmo. Todavia, surge repentinamente uma grande tempestade e o barco fica encalhado numas rochas. Oh, não! Está a começar a afundar! É preciso lançarem rapidamente ao mar 3 das vossas cartas para que o barco continue a flutuar!

5. Cada grupo deve decidir o que deitar fora. Explicar que não haverá possibilidade de recuperar nada mais tarde. Recolha as cartas que foram lançadas ao mar e coloque-as num monte.

6. Retome a história:

A tempestade já passou e todos estão aliviados. Mas por pouco tempo... Um alerta dos serviços de meteorologia informa que há um furacão de categoria 5 que avança na direção do barco! Se querem sobreviver ao furacão, devem lançar novamente ao mar mais 3 cartas. Mas atenção: não deitem fora aquilo que podem vir a precisar para sobreviver no novo país!

7. Tal como mais acima, recolher as cartas lançadas ao mar e colocá-las num outro monte.

8. Retome a história:

Foi por um triz que escapámos, mas agora estamos prestes a chegar ao novo continente. Estamos todos muito entusiasmados. Já com terra à vista, eis que uma baleia gigante embate no barco e faz um buraco no casco. Rápido, precisam de tornar o barco mais leve. Lancem ao mar mais 3 cartas!

9. Recolher as cartas lançadas ao mar e colocá-las num outro monte.

10. Anunciar que finalmente conseguiram chegar em segurança ao novo continente e que estão preparados para construir o novo país. Pedir a cada grupo que cole numa folha branca as cartas que decidiu guardar para trazer para o novo continente. [Explorar: Têm tudo o que necessitam para sobreviver? E para crescer e se desenvolverem?]

11. Cada grupo deverá afixar a sua folha na parede e explicar aos restantes grupos o que decidiram trazer para o novo país. Entre cada apresentação, perguntar ao grupo: "Eles esqueceram-se de alguma coisa que seja essencial para sobreviverem? E para crescerem e se desenvolverem?"

>>>

#ATIVIDADES

3. TERRA À VISTA!

>>>

Tópicos para debate e reflexão:

- O que mais gostaram nesta atividade?
- Como é que decidiram o que iam necessitar? O que foi considerado essencial?
- Houve decisões difíceis de tomar? Quais?
- Houve desacordo no grupo em relação ao que guardar e ao que lançar ao mar? Como resolveram essas situações?
- Consideram que todas as pessoas têm as mesmas necessidades? Quem tem necessidades específicas?
- O que acham das vossas escolhas finais? Conseguirão sobreviver no novo país? Conseguirão crescer e desenvolver-se?
- Se repetíssemos a atividade, lançariam ao mar outras coisas?
 - Reforçar a ideia de que os direitos humanos são baseados nas necessidades humanas, ou seja, naquilo que cada ser humano necessita para sobreviver, crescer e desenvolver-se bem e viver de forma digna.
 - Reforçar também a ideia de que precisamos de todos os direitos humanos. Alguns são necessários para nos mantermos vivos: comida, cuidados médicos, água potável e abrigo. Mas há outros igualmente necessários para vivermos bem e nos desenvolvermos, ou seja, não basta apenas ficarmos vivos. Explore:
- Que cartas representam aquilo que gostaríamos de ter mas de que não necessitamos para sobreviver?

▪ Que cartas representam aquilo que necessitamos para a sobrevivência física?

▪ Que cartas representam aquilo que podemos vir a necessitar para crescermos e nos desenvolvermos bem?

▪ O que aconteceria no novo país se não tivessem ____? (escolher diferentes exemplos das cartas).

CARTAS DE VONTADES E NECESSIDADES



#ATIVIDADES

4. COLOCAR-SE NO LUGAR DO OUTRO

Faixa Etária: a partir dos 12 anos.

Duração: duas sessões de 90 minutos.

Número de participantes: individual

Material: cartolinas; canetas; cola; fotografias impressas; fita-cola para pendurar as imagens; máquina fotográfica digital ou telemóvel, idealmente uma por participante.

Objetivos: sensibilizar para as desigualdades sociais; desenvolver competências de observação e de imaginação. Um exercício individual para realizar no exterior, acompanhado por agente educativo, em que os/as participantes exploram a sua zona através dos olhos de outra pessoa.

Atividade:

1ª sessão

1. Iniciar por sugerir que cada participante pense em pessoas ou grupos desfavorecidos ou que vivem marginalizadas, por ex. uma pessoa com deficiência; situação de sem abrigo; migrante; mãe solteira...

2. Pedir que cada participante escolha uma situação de desvantagem, de entre aquelas que pensou, que lhe desperte a atenção.

3. Cada participante vai explorar uma zona no exterior, à sua escolha, acompanhado por um agente educativo, e deve fazê-lo através do ponto de vista de uma pessoa que se encontra na tal situação desfavorável que o participante escolheu. Ao mesmo tempo, vai capturando fotografias através do telemóvel ou da câmara fotográfica, de modo a documentar o seu passeio e criar uma história.

4. Pedir aos/as participantes para trazerem as fotografias impressas para a próxima sessão. Podem imprimi-las em casa ou na escola.

2ª sessão

1. Colar as fotografias impressas na cartolina.

2. Quando todas as cartolinas estiverem expostas no quadro, à vista de todos/as, peçam a todo o grupo que tente perceber que pessoa era o/a participante com a visão filtrada por aqueles "óculos", da personagem através da qual foram tiradas aquelas fotografias.

Tópicos para reflexão e debate:

- Porque escolheram o exemplo que escolheram? Gostaram da atividade? O que aprenderam?
- Que ideias preconcebidas ou que estereótipos tinham em relação à pessoa que escolheram?
- Que influência tiveram essas ideias ou esses preconceitos na atividade e no que escolheram ver?
- O exercício ajudou-vos a colocarem-se no lugar do outro, da pessoa marginalizada? Como? Em quê? De que forma isso alterou a vossa forma de pensar sobre isso?



#ATIVIDADES

5. REDISTRIBUINDO A RIQUEZA

Faixa Etária: a partir dos 12 anos.

Duração: duas sessões de 90 minutos.

Número de participantes: 12-15 participantes.

Material: 120 moedas; 3-4 pares de meias; 2 folhas de papel A3 e marcadores; papel e canetas; um espaço grande.

Objetivos: desenvolver a compreensão sobre as injustiças que resultam da distribuição desigual da riqueza e do poder; simulação de distribuição de riqueza e poder do mundo entre si.

Atividade:

A atividade consiste num jogo que se divide em três partes: 1) a luta (10 minutos), 2) as doações (10 minutos) e 3) criação de justiça económica (40 minutos). A atividade termina com o debate final (30 minutos).

1. Colocar de lado 20 moedas;
2. Escolher três pessoas para desempenhar o papel de migrantes;
3. Fazer uma tabela na parede para registar a riqueza dos/as participantes;
4. Preparar uma tabela chamada "Quadro de Honra dos doadores e das doadoras".

Parte 1: A luta (10 minutos)

1. Iniciar por introduzir o jogo, explicando que o objetivo é recolher o número máximo de moedas e que existe apenas uma regra: nenhum participante pode tocar no outro em qualquer momento do jogo.

2. Pedir a todos, exceto quem foi escolhido para ser migrante, que se sentem no chão criando uma grande roda (de maneira que tenham espaço suficiente para jogar).

3. Distribuir as vinte moedas que tinham de reserva entre 4 ou 5 pessoas.

4. Dar a outras 4 pessoas um par de meias a cada, instruindo para que ponham as meias nas mãos e que devem mantê-las durante todo o jogo.

5. Espalhar 100 moedas, de maneira dispersa e equilibrada no meio do círculo.

6. Ao proferir a palavra "partida!" os jogadores e as jogadoras devem apanhar todas as moedas que conseguirem, com as meias nas mãos, juntando o máximo possível.

7. Depois de os/as participantes terem apanhado as moedas, pedir aos/as participantes que indiquem quantas moedas tem cada um.

8. Na tabela da riqueza, anotar o nome de todos/as os/as participantes e o número de moedas que cada um tem.

9. Informar os /as participantes que estas moedas representam a sua riqueza e o seu poder no mundo. O valor que possuem vai afetar a sua capacidade de satisfazer as suas necessidades (por exemplo, alimentação, alojamento, roupas, saúde e educação básica) e os seus desejos (por exemplo, ensino superior, carros, computadores, brinquedos, televisões, férias e outros itens de luxo). As implicações são as seguintes:

a. Participantes com 6 ou mais moedas – grupo "muita riqueza e poder" – os participantes conseguem responder às suas necessidades e à maioria dos seus desejos;

b. Participantes com entre 3-5 moedas – grupo "algum riqueza e poder" – os participantes conseguem responder às suas necessidades básicas;

c. Participantes com 2 moedas ou menos – grupo "pouca riqueza e poder" – os participantes terão dificuldade em sobreviver devido a doenças, má-nutrição, alojamento inapropriado e ausência de educação para ter acesso ao mercado laboral;

>>>

5. REDISTRIBUINDO A RIQUEZA

>>>

Parte 2: Doações (10 minutos)

1. Informar os/as participantes que, se quiserem, podem doar moedas aos /às outros/as participantes, esclarecendo que quem partilhar moedas irá entrar no “Quadro de Honra dos doadores”. Se alguém mudou de categoria como resultado de dar ou de receber moedas, registar estas alterações na tabela com uma seta.

Parte 3: Criação da justiça económica (40 minutos)

1. Dividir os/as participantes em três grupos, de acordo com as moedas que têm (muita riqueza, alguma riqueza, pouca riqueza).

2. Colocar um migrante em cada um destes três grupos. Notem as reações dos migrantes quando são colocadas num ou noutro grupo, mas guardem a discussão para a fase de debate.

3. Distribuir canetas e papel, dando a cada grupo a tarefa de criar um plano para a distribuição justa das moedas (a riqueza do mundo) de maneira a diminuir a diferença entre as várias categorias de riqueza e de poder. Todos os planos de ação devem:

- Explicar se é preciso fazer alguma coisa, e o quê
- Descrever o que o grupo decidiu fazer e para quê
- Mostrar se o plano é justo

4. Dar 10 minutos aos grupos para criar os seus planos, nos quais devem identificar as ações a realizar para abordar o problema da pobreza.

5. Pedir a cada grupo que nomeie um porta-voz para explicar o plano e para responder a questões. Listar as propostas numa grande folha de papel.

6. Anunciar que haverá uma votação para decidir que plano adotar. A distribuição dos votos será a seguinte:

- Cada participante no grupo “muita riqueza e poder” – cinco votos;
- Cada participante no grupo “algum riqueza e poder” – dois votos;
- Cada participante no grupo “pouca riqueza e poder” – meio voto;

7. Realizar a votação. Registrar os votos que cada plano recebeu na grande folha de papel, anunciando finalmente que plano vai ser implementado.

8. Implementar o plano, redistribuindo a riqueza, se necessário.

Tópicos para reflexão e debate:

- Porque é que quem doou moedas decidiu fazê-lo?
- Como se sentiu quem recebeu moedas na fase 2?
- E em relação às pessoas migrantes que cada grupo recebeu? Foram tratadas de maneira justa? É só uma questão de sorte, o sítio onde os migrantes acabam por ficar?
- Que diferenças houve nos planos para a distribuição justa? Os planos refletiam a riqueza dos grupos que faziam a proposta?
- Porque é que algumas pessoas tiveram direito a mais votos do que outras? É uma representação correta das pessoas que têm mais e menos poder no mundo?
- Será que quem tem riqueza e poder se deve preocupar com a situação de quem não a tem?

Referências Bibliográficas

AJUDA EM AÇÃO. (24 de Julho de 2018). Como medir a pobreza mundial. Obtido de <https://ajudaemacao.org/blog/solidariedade/como-medir-a-pobreza-mundial/>. Consultado em 12/11/21.

EAPN REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA/PORTUGAL. (2018). Tema 4: todos merecem uma casa com dignidade. Em Guia Prático Despir os Preconceitos, Vestir a Inclusão (pp. 72-81). Porto: EAPN.

EUROSTAT: STATISTICS EXPLAINED. (29 de junho de 2021). Glossary: At risk of poverty or social exclusion (AROPE). Obtido de [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Glossary:At_risk_of_poverty_or_social_exclusion_\(AROPE\)](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Glossary:At_risk_of_poverty_or_social_exclusion_(AROPE)). Consultado em 20/08/21.

OBSERVATÓRIO NACIONAL LUTA CONTRA A POBREZA. (2021). Pobreza e Exclusão Social em Portugal: relatório 2021. Porto: EAPN.

3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MAS... O QUE É, AFINAL, O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

A definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é a capacidade de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações, ou seja, é o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

In World Wide Fund for Nature

(https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/)



Que novos hábitos podemos criar para termos um estilo de vida mais sustentável e amigo do ambiente?

São diversas as alternativas que podemos adotar para nos tornarmos mais sustentáveis.

Mudar de...	Para...
Comer um gelado em copo	Comer em cone. Assim não há desperdício, visto que o cone é comestível.
Palhinhas descartáveis	Rejeitar palhinhas ou, então, utilizar reutilizáveis (de vidro, aço, bambu, massa, ...).
Utilizar sacos descartáveis nos supermercados	Levar sacos que já temos em casa, seja de plástico ou tecido.
Colocar todo o lixo no contentor de indiferenciados	Fazer a reciclagem: o plástico no ecoponto amarelo, o cartão e papel no ecoponto azul e o vidro no ecoponto verde.
Comprar garrafas de água descartáveis sempre que temos necessidade de beber água	Utilizar uma garrafa de água reutilizável, de vidro, aço ou mesmo um plástico mais resistente.
Comer carne todos os dias	Tentar reduzir o consumo de carne é também importante. A indústria que envolve o gado necessita de grandes quantidades de água, pesticidas, combustíveis e fertilizantes, o que faz com que seja uma das indústrias com mais impacto no aquecimento global. Sabias que para produzir 1 kg de carne de vaca são necessários 16 mil litros de água?

AGENDA 2030

Em 2015 foi criada a Agenda 2030, constituída por 17 objetivos que têm em vista o desenvolvimento sustentável, de forma a transformar o mundo num lugar melhor. A Agenda 2030 reúne as várias dimensões necessárias para o desenvolvimento sustentável, como as dimensões sociais, económicas e ambientais, bem como a promoção da paz, de justiça e de instituições eficazes. Em suma, esta agenda e os respetivos objetivos representam a visão comum para a Humanidade, uma lista de metas a alcançar em nome dos líderes mundiais, dos povos e do planeta.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 1. Erradicar a pobreza:** acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
- 2. Erradicar a fome:** acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.
- 3. Saúde de qualidade:** garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
- 4. Educação de qualidade:** garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- 5. Igualdade de género:** alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas.
- 6. Água potável e saneamento:** garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.
- 7. Energias renováveis e acessíveis:** garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos.
- 8. Trabalho digno e crescimento económico:** promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.

9. Indústria, inovação e infraestruturas: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

10. Reduzir as desigualdades: reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.

11. Cidades e comunidades sustentáveis: tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

12. Produção e consumo sustentáveis: garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.

13. Ação climática: adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.

14. Proteger a vida marinha: conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

15. Proteger a vida terrestre: proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade.

16. Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.

17. Parcerias para a implementação dos objetivos: reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

As atividades humanas têm um impacto cada vez maior nas alterações climáticas da Terra, ou seja, no clima e na temperatura. A principal causa destas alterações é a emissão de gases com efeito de estufa que, ao se incorporarem nos gases naturais da atmosfera, fazem com que esse efeito de estufa se intensifique, causando, em consequência, o aquecimento global.

QUE ATIVIDADES HUMANAS SÃO ESSAS QUE PREJUDICAM O MEIO AMBIENTE?

- Queima de combustíveis fósseis (carvão, petróleo, gás)
- Abate de florestas
- Aumento da atividade pecuária
- Fertilizantes que contêm azoto
- Produtos que contêm gases fluorados

Consequências das alterações climáticas

Estas alterações trazem consequências que chegam a todos os lugares do mundo e geram impacto a vários níveis, prevenindo-se que sejam cada vez mais intensas nas próximas décadas:

- Fusão do gelo e subida das águas do mar: a água, quando aquecida, dilata. O que acontece? Os lençóis de gelo e os glaciares polares derretem, levando a uma subida do nível do mar, podendo resultar em inundações e erosões, em especial de zonas costeiras e de baixa altitude.
- Fenómenos meteorológicos extremos: frequente ocorrência de chuvas torrenciais e outros fenómenos extremos que podem originar inundações, perda de qualidade da água e também menor disponibilidade de recursos hídricos em algumas zonas.

Consequências para a Europa: A Europa meridional e central, incluindo a região mediterrânica, fica mais sujeita a vagas de calor, secas e incêndios florestais. No norte da Europa, as cheias são cada vez mais comuns no inverno, visto que se regista um aumento da chuva. As zonas urbanas da Europa estão sujeitas a vagas de calor, inundações e à subida dos níveis do mar.

Consequências para os países em desenvolvimento: os países pobres, em desenvolvimento, são dos mais afetados no que toca às alterações climáticas, uma vez que muitos habitantes são extremamente dependentes do meio natural e os recursos disponíveis por estes países são muito reduzidos para combater as consequências alterações climáticas.

Custos para a sociedade e a economia: as alterações climáticas têm também impacto a níveis sociais e económicos, provocando danos em patrimónios, em infraestruturas e também na saúde humana, resultando em encargos dispendiosos. Entre 1980 e 2011, as inundações afetaram mais de cinco milhões e meio de pessoas, causando despesas económicas superiores a 90 mil milhões de euros. Os setores como a agricultura, o turismo e a energia, que necessitam de certas condições meteorológicas favoráveis à atividade, acabam por ser especialmente afetados.

Riscos para a vida selvagem: a aceleração das alterações climáticas estão também a condicionar a adaptação de várias plantas e animais. Muitas espécies animais começam a mudar-se para novos habitats, uma vez que o seu habitat natural se encontra danificado. O aumento descontrolado das temperaturas médias globais pode fazer com que muitas espécies, vegetais e animais, fiquem em risco elevado de extinção.

Sabias que...

As alterações climáticas também apresentam riscos para a saúde humana? Mortes relacionadas com alterações de temperatura são mais comuns e são também já visíveis alterações na distribuição de algumas doenças transmitidas pela água.

De que forma é que as alterações climáticas têm vindo a afetar Portugal?

Tal como os outros países, Portugal tem vindo a apresentar evidências de alterações climáticas. De acordo com estudos realizados pela Agência Portuguesa do Ambiente, no decorrer do século XX podemos observar três períodos de alteração da temperatura média, e também algumas previsões meteorológicas:

- Entre 1910-1945 surge um aquecimento; entre 1946-1975 a temperatura média arrefece; entre 1976-2000 a temperatura volta a subir e, desta vez, mais rapidamente;
- Nos últimos 25 anos as temperaturas máximas e mínimas médias registaram um crescimento notável;

Estima-se que, no período de 2080-2100, a temperatura média tenha aumentado em todas as regiões do país:

- Em Portugal Continental prevê-se um crescimento entre 3°C e 7°C;
- Na Ilha da Madeira a temperatura deve aumentar entre 2°C e 3°C;
- No Arquipélago dos Açores estima-se um aumento entre 1°C e 2°C.

Espera-se também que exista uma maior quantidade de dias quentes e uma diminuição no número de dias frios.



#ATIVIDADES

1. A ENCICLOPÉDIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Faixa Etária: a partir dos 15 anos;

Duração: 90 minutos.

Número de participantes: 18-24 (6 grupos constituídos por 3-4 participantes).

Material: cartolinas; revistas e jornais para serem usados para ilustração; cola, fita-cola; tesouras; marcadores e canetas de várias cores; corda; furador.

Objetivos: promover o conhecimento e fomentar o pensamento crítico sobre questões relacionadas com a sustentabilidade ambiental.

Atividade:

1. Explicar que o objetivo desta atividade consiste na criação de uma “enciclopédia do desenvolvimento sustentável” organizada em vários volumes: 1) Glossário, 2) Problemas, 3) Estratégias / soluções, 4) Factos, 5) Personalidades e 6) Eventos. Confirmar que todos conhecem o significado de enciclopédia.

2. Começar por criar uma discussão e tempestade de ideias (brainstorming), pedindo aos/às participantes que digam a primeira palavra /ideia que lhes surja quando pensam no conceito de Desenvolvimento Sustentável (podem recorrer aos objetivos do D.S. descritos na parte teórica para auxiliar nesta parte). Registam-se os contributos dos participantes.

3. Em seguida, formar, pelo menos, 6 grupos, sendo cada grupo responsável pela elaboração de cada um dos volumes da enciclopédia.

4. Sugerir alguns tópicos para orientação da pesquisa de informação, para os vários volumes da enciclopédia: definições claras, abreviaturas, nomes de personalidades, datas de acontecimentos, organizações (inter)nacionais implicadas, etc...

5. Facultar os materiais e orientar os grupos para começarem a trabalhar na criação do seu volume da enciclopédia.

6. Quando todos os grupos tiverem terminado, pede-se a cada grupo que apresente o seu volume em plenário.

Tópicos para reflexão e debate:

- Se tivessem que contar a alguém o que estiveram a fazer, como descreveriam esta atividade? (Explorar aspetos mais relevantes)
- Encontraram alguma informação que vos surpreendeu? Qual? Porquê?
- As informações eram consistentes? Houve contradições? Houve alguma incoerência entre as informações apresentadas pelos diferentes grupos?
- Após a realização desta atividade, como é que cada um de nós pode contribuir para um mundo mais sustentável?

#ATIVIDADES

2. O PEQUENO TESTE: FEBRE NO PLANETA

Faixa Etária: a partir dos 13 anos.

Duração: duas sessões de 30 minutos.

Número de participantes: não tem número mínimo nem máximo.

Material: fotocópias com as questões do questionário e lápis ou caneta.

Objetivos: promover o conhecimento sobre o aquecimento global e as alterações climáticas.

Atividade:

1. Iniciar por explicar que a atividade consiste num teste de 9 afirmações, cujas respostas são Verdadeiro ou Falso, às quais os/as alunos/as devem responder de acordo com os seus conhecimentos acerca das alterações climáticas.

2. A ficha tem o objetivo de informar. O/a docente/orientador/a coloca as questões, uma a uma, progressivamente, e os alunos/participantes vão respondendo e justificando as suas ideias e discutindo em grupo.

3. No final de cada resposta o docente/orientador deve dar as respostas e justificações corretas.

4. Entregar aos/às participantes a ficha completa com as questões e a respetiva chave de resolução.

“O PEQUENO TESTE – FEBRE NO PLANETA”

A Terra é como uma grande casa. Uma casa que, ultimamente, está a aquecer demasiado...o que tem graves consequências. O que sabem acerca desta situação?

1. Nos últimos 12 anos tem havido poucas ondas de calor. Tivemos também as temperaturas mais baixas dos últimos 100 anos.

- a) Verdadeiro
- b) Falso

Falso. Os cientistas têm observado que as temperaturas são cada vez mais altas, ano após ano. Os países que têm sido mais fustigados com ondas de calor são a Rússia, a China, a Índia e a América Central. No ano de 2003, a Europa também sofreu com uma grande onda de calor.

2. A Terra está a aquecer, no entanto, isso nota-se com mais intensidade em algumas zonas do Planeta como, por exemplo, no Pólo Norte.

- a) Verdadeiro
- b) Falso

Verdadeiro. A Terra está a aquecer em todas as regiões. Diz-se que há um aquecimento global porque esta situação verifica-se em todo o Mundo, tendo a temperatura média da Terra vindo a aumentar quase um grau centígrado, desde 1850, quando se iniciou a Revolução Industrial e a utilização maciça de carvão. No entanto, a “febre do Planeta” não afeta todos da mesma forma; por exemplo, no Pólo Norte (no Ártico) a temperatura aumentou cerca de 3 graus nas últimas décadas e o gelo, que já existe há milhões de anos, está a derreter... Isso é muito grave!

3. Um habitante Inuit do Pólo Norte tem mais consciência do aquecimento global da Terra do que um habitante francês.

- a) Verdadeiro
- b) Falso

Verdadeiro O aquecimento global traz consequências mais graves para algumas partes do Mundo. Os Inuit do Pólo Norte têm cada vez menos peixe e o gelo está a derreter, pelo que deverão procurar outro lugar para viver. Em França, os habitantes apenas notam que a Primavera chega mais cedo e o Inverno é mais curto. O aquecimento da Terra está a mudar a forma de vida dos Inuit e de muitas pessoas de outros

>>>

#ATIVIDADES

2. O PEQUENO TESTE: FEBRE NO PLANETA

>>>

lugares do mundo. Além de viverem em zonas muito afetadas pelo aquecimento, têm menos meios para fazer frente aos problemas: são países pobres que não têm capacidade de lutar contra as alterações climáticas ou são pessoas que dependem, algumas quase exclusivamente, da agricultura e da pesca, não tendo outros meios de sobrevivência.

4. A Terra está a aquecer e isso faz com que surjam mais tempestades, furacões e inundações.

- a) Verdadeiro
- b) Falso

Verdadeiro. O aquecimento global está a alterar o clima, provocando secas e ondas de calor em certas regiões, enquanto noutras há mais tempestades e inundações. Por exemplo, cada vez há mais furacões na América Central e na Flórida. No entanto, o mesmo furacão pode provocar mais danos (tanto materiais, como pessoais) na República Dominicana do que na Flórida. Isto acontece porque a República Dominicana é um país mais pobre e a Flórida é uma região mais rica, onde as casas e outras construções têm mais qualidade e por isso são mais resistentes.

5. A Terra tem “febre” e está a aquecer porque a Humanidade lança muitos gases e fumos para a atmosfera, os chamados gases com efeito de estufa.

- a) Verdadeiro
- b) Falso

Verdadeiro. A principal razão da “febre” (o aquecimento global) da Terra é o lançamento de gases e fumos tóxicos para a atmosfera, sobretudo pelos países industrializados. O elevado consumo de bens materiais nos países industrializados, muitos não essenciais para a sobrevivência, tem como consequência a libertação de gases com efeito de estufa para a atmosfera, resultado quer dos processos de produção desses bens, como da sua utilização (ex: automóveis). Existem diferentes tipos de gases com efeito de estufa, como o dióxido de carbono (CO₂) ou o Metano (CH₄); todos afetam a qualidade do ambiente, mas o principal responsável pelo aquecimento global é o CO₂.

6. Os gases e os fumos que saem dos carros, das fábricas e dos aviões não aquecem a Terra.

- a) Verdadeiro
- b) Falso

Falso. Todos esses gases aquecem a Terra, pois contêm dióxido de carbono (CO₂). Os gases são libertados em resultado de ser queimado um determinado combustível como o carvão, a gasolina, o gasóleo, a madeira... Devemos gastar menos combustíveis, utilizando-os com muita moderação.

7. As árvores podem ajudar-nos porque transformam os gases “quentes” (dióxido de carbono) em gases frios (oxigénio).

- a) Verdadeiro
- b) Falso

Verdadeiro. Para que a Terra não aqueça mais é muito importante conservarmos e cuidarmos das árvores. Devemos plantar árvores e evitar os incêndios. As árvores constituem uma grande ajuda porque absorvem o dióxido de carbono e transformam-no em oxigénio.

8. Por causa da “febre” da Terra, há menos água e mais lugares secos.

- a) Verdadeiro
- b) Falso

Verdadeiro. A água é um recurso precioso que devemos preservar. A falta de água é em si mesmo um problema, pela necessidade da sua utilização direta, mas também porque a falta de água tem graves consequências no ecossistema. Por exemplo, na Nigéria os agricultores enfrentam muitos problemas porque o clima tornou-se mais seco e raramente chove. Por isso, as colheitas de milho e de trigo estão a diminuir. Além disso, as regiões que antes eram frias, agora estão mais quentes; e porque o calor favorece as pragas de insetos, os mosquitos multiplicam-se o que provoca a propagação de doenças graves e letais, como a malária, que se transmitem através das picadas de mosquitos.

#ATIVIDADES

2. O PEQUENO TESTE: FEBRE NO PLANETA

>>>

9. Podemos contribuir para cessar o aquecimento da Terra.

- a) Verdadeiro
- b) Falso

Verdadeiro. É possível lutar contra o aquecimento global. Podemos contribuir para a mudança de comportamentos e hábitos que contribuam para o desenvolvimento sustentável, preservando os recursos existentes para as próximas gerações. Individualmente, além de podermos realizar ações amigas do ambiente (3R's: reciclar, reutilizar e reduzir o consumo), devemos ter uma voz ativa junto das pessoas que nos rodeiam para que também elas alterem os seus hábitos e desenvolvam hábitos amigos do ambiente. Desta forma, criamos uma onda cada vez maior de pessoas amigas do ambiente, com um impacto global!

#ATIVIDADES

3. O VERDADEIRO CUSTO DE UMA T-SHIRT DE ALGODÃO

Faixa Etária: a partir dos 12 anos

Duração: 90 minutos

Número de participantes: 10-30 participantes.

Material: flipchart e marcadores ou quadro e giz/canetas; fichas “Seguindo o verdadeiro preço do algodão” e “O verdadeiro preço de uma t-shirt de algodão” para distribuir (um exemplar de cada por cada participante)

Objetivos: aprender sobre o custo social, económico e ambiental de uma t-shirt de algodão e perceber os impactos sociais, económicos e ambientais das nossas escolhas.

Atividade:

1. Iniciar por pedir aos/às participantes que vejam nas etiquetas das suas t-shirts ou camisolas qual o país de fabrico e de que material(ais) são feitas. Questionar sobre o preço dessa peça de roupa; se não souberem o custo exato, estimar aproximadamente.

2. Fazer uma lista no flipchart/quadro, listando os países e os preços.

3. A título de interesse, pode ser elaborado um gráfico para verificar a relação preço e país de fabrico.

4. Distribuir as fichas de informação “Seguindo o verdadeiro preço do algodão” e “O verdadeiro preço de uma t-shirt de algodão” e dar cinco minutos aos/às participantes para que as leiam.

5. Após a leitura, abrir um espaço de discussão, tendo em conta a informação das fichas de informação, explorando temas como a desinformação sobre as cadeias de produção, sobretudo nos países ocidentais, as desigualdades salariais e os direitos laborais incluindo os direitos das crianças, o uso excessivo e/ou desperdício de recursos essenciais como a água, o impacto ambiental da cadeia de produção que inclui combustíveis como a gasolina, pesticidas e outras toxinas, etc., e o comportamento de consumo atual (critérios de compra, compra excessiva, etc.).

6. No final, registar as conclusões da discussão, explorando especificamente o impacto que a atividade teve na perspetiva de cada um sobre a compra de vestuário (ou de outros bens de consumo) e que comportamentos podem mudar para contribuir para o desenvolvimento sustentável: ter mais cuidado com a roupa para que não se estrague tão rapidamente, comprar t-shirts em locais de comércio justo, lançar uma campanha na escola/redes sociais para sensibilizar sobre este assunto, etc..

Tópicos para reflexão e debate:

- Quanto estão dispostos a pagar por uma t-shirt?
- O dinheiro é o critério de compra mais importante? Porquê?
- Há outros critérios, além do preço, a considerar quando compram uma peça de roupa? Honestamente, qual é para vocês o critério determinante no momento da compra?
- Como é que conhecer a realidade da cadeia de produção muda a vossa forma de pensar e agir?
- Quão importantes são os custos sociais, económicos e ambientais? Há custos mais importantes do que outros? Que Direitos Humanos estão a ser violados nestas questões?

NOTA: Se quiserem referir os custos da pegada de carbono, a Ecometrica fez uma avaliação da pegada de carbono do vestuário, usando como exemplo um conjunto de três cuecas, que terá, provavelmente, um perfil de emissões de carbono semelhante a uma t-shirt ou a um par de calças. Vão a www.ecometrica.co.uk e procurem “a “apparel fact sheet”.

>>>

#ATIVIDADES

3. O VERDADEIRO CUSTO DE UMA T-SHIRT DE ALGODÃO

>>>

Mais sugestões:

Há muitas organizações que trabalham no comércio justo. As organizações listadas abaixo trabalham em muitos países europeus. Poderão pesquisar sobre outras que trabalhem estes temas na vossa região. Há muita informação disponível na internet:

- www.cleanclothes.org – disponibiliza muita informação e leva a cabo campanhas nas quais podem participar;
- www.organicconsumers.org – Clothes for a Change Campaign - inclui um artigo interessante chamado: “Did Child Labour Make Your Shirt?”
- https://ejfoundation.org/resources/downloads/The-Children-behind-Our-Cotton-FINAL_small.pdf - O relatório da Fundação para a Justiça Ambiental, “Children Behind Our Cotton”.

Fichas (distribuir a cada participante)

Percebendo o verdadeiro valor do algodão

▪ Consideremos as t-shirts de algodão, um produto de várias indústrias globais, com produção em quase todos os países do mundo. Neste caso, vejamos o exemplo:

▪ Uma quinta de algodão típica, no Burkina Faso, é uma propriedade onde a família cultiva entre seis a oito hectares de terra. O valor de venda de algodão, em bruto, produzido no Burkina Faso, é de 0,23 €/kg. Para muitas famílias produtoras de algodão, o dinheiro que recebem pela venda é a totalidade do dinheiro que recebem no ano.

▪ Da quinta, o algodão é transportado para a fábrica de descaroçamento, que cria um material intermédio que custa 0,56 €/kg. Os trabalhadores e as trabalhadoras da fábrica recebem 73,40 € por cada duas semanas de trabalho.

▪ O algodão é então exportado para o Togo, através do porto de Lomé, onde é vendido a comerciantes a 0,88 €/kg. Mais de metade deste algodão é vendido à China: é carregado em navios e é levado até portos, como o de Shanghai, onde é vendido às fábricas por 0,97 €/kg. A maioria das trabalhadoras e dos trabalhadores são de áreas pobres, com frequência das zonas rurais interiores da China, vivendo em dormitórios na fábrica e trabalhando muitas horas por dia, por pouco dinheiro.

▪ A roupa propriamente dita – muita da qual feita para as mais famosas marcas dos países ocidentais, com frequência na mesma fábrica onde a linha é fiada – é então levada para um porto para exportação. O preço médio de uma t-shirt importada para os Estados Unidos é 1,10 € mas uma loja no centro de Manhattan venderá duas por 14,70 €.

▪ O algodão começou por ser vendido a 0,56 €/kg, em África, e vendido no Ocidente por 18,40 €/kg.

O custo ambiental e humano de uma t-shirt de algodão

- Uso de água: 2.157,00 litros (45% para rega);
- Uso energético: 8 kilowatt/hora (28,800,000 Joules) de eletricidade para as máquinas de fiar e coser; entre 42 e 110 litros de gasolina para transporte por terra e por mar;
- Toxinas na terra: 1-3g pesticidas, metais pesados (dyes);
- Emissões de gás: NOx, CO, CO2, (gases com efeito de estufa) SO2, N2O, componentes voláteis;
- Exploração laboral infantil: em 17 países, o salário médio por dia é 0,37€.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE. O Clima em Portugal: como foi, como é e como será. Obtido de <https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=81&sub2ref=118&sub3ref=393> Consultado em 6/09/2021

BCSD: CONSELHO EMPRESARIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. (s.d.). Agenda 2030: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável. Obtido de ODS: <https://www.ods.pt/> 6/09/2021

COMISSÃO EUROPEIA. (s.d.). Causas das alterações climáticas. Obtido de Comissão Europeia: https://ec.europa.eu/clima/change/causes_pt Consultado em 7/09/2021

COMISSÃO EUROPEIA. (s.d.). Consequências das alterações climáticas. Obtido de Comissão Europeia: https://ec.europa.eu/clima/change/consequences_pt Consultado em 7/09/2021

GOVIDAUP. (s.d.). Reduzir o consumo de carne: porquê – 4 razões fundamentais. Obtido de GoVidaUp: <http://govidaup.com/reduzir-o-consumo-de-carne-porque/> Consultado em 7/09/2021

NAÇÕES UNIDAS. (s.d.). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 17 objetivos para transformar o nosso mundo. Obtido de Nações Unidas: <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/> Consultado em 7/09/2021

4. VOLUNTARIADO

O voluntariado guia-se pelos princípios da solidariedade, da participação, da cooperação, da complementaridade, da gratuidade, da responsabilidade e da convergência. É uma forma de construir um mundo melhor para todos e onde todos podem contribuir, em forma de doação: de tempo, de bens, de capacidades e competências pessoais. Essa contribuição não é remunerada, a não ser o reembolso de eventuais despesas relativas à sua função. O voluntariado é geralmente realizado através de organizações de diversos âmbitos, mas pode ser realizado a título individual. Algumas definições sobre o que é o voluntariado:

“O Voluntariado consiste num compromisso, não remunerado, através de uma ação concreta, continuada e enquadrada, com base na tomada de consciência das desigualdades e diferenças que, enriquecendo e aprofundando as referências e valores de cada um, conduz a uma participação ativa com os indivíduos e a sociedade, tornando-se uma forma de estar.”

In Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária
“Voluntário é o jovem ou o adulto que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem estar social, ou outros campos”

In Organização das Nações Unidas

O trabalho voluntário está presente na sociedade desde há muito tempo: a maioria das civilizações sempre se deparou com esta prática, onde as pessoas com mais necessidades e carências eram ajudadas por organizações e pessoas particulares, de modo a suprir essas necessidades.



O voluntariado em Portugal

O voluntariado em Portugal tem um enquadramento jurídico desde 1998 – Lei n.º 71/98 de 3 de Novembro: Bases do enquadramento jurídico do voluntariado, definindo o voluntariado (no art.º2º) como:

Voluntariado é o conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.

Em termos educativos, no âmbito da educação para a cidadania, é uma prática encorajada, entendendo-se que: Sempre que uma instituição educativa promove atividades de voluntariado, mediadas e animadas pela escola e/ou por outras organizações públicas e privadas, oferece aos seus alunos a oportunidade de participar ativamente na construção de uma sociedade mais coesa e mais solidária.

In Educação para a Cidadania. Voluntariado

No site <https://eurocid.mne.gov.pt/nacional> é disponibilizada informação sobre as entidades que proporcionam experiências de voluntariado a nível nacional, em diversas áreas de atuação.

Sabias que...

Em Portugal, no ano de 2018, a faixa etária que mais praticou voluntariado foram jovens dos 15 aos 24 anos?

Motivações para o Voluntariado

Existem diferentes motivações para fazer voluntariado. Diferem de pessoa para pessoa, e podem ir mudando ao longo do tempo e da própria experiência de voluntariado. Podem ser de âmbito pessoal e/ou profissional, uma vez que é cada vez mais valorizado o voluntariado em termos de responsabilidade social empresarial e corporativo. O que é importante é que cada pessoa conheça o propósito pelo qual deseja fazer voluntariado, e que o mesmo seja entendido por parte da organização que a vai receber. Na maioria das vezes, as motivações estão relacionadas com a necessidade de dar resposta a uma inquietação interior, à luta por um ideal ou ao comprometimento com uma causa.



#ATIVIDADES

1. UM DIA COMO VOLUNTÁRIOS

Faixa Etária: a partir dos 15 anos;

Duração: duas sessões de 90 minutos na escola, e uma sessão na instituição, cujo tempo depende do que for estipulado entre a escola e a instituição.

Número de participantes: grupos de 4-5 participantes (o número de grupos varia consoante a turma).

Material: computador, telemóvel, etc.; folhas e caneta.

Objetivos: proporcionar uma experiência de voluntariado e promover a cultura de voluntariado;

1º Sessão

Os/as participantes devem formar grupos e pesquisar instituições, na sua localidade, que aceitem atividades de voluntariado, com o objetivo de agendar um dia para que os alunos visitem a instituição e pratiquem voluntariado. Dentro das instituições identificadas, os participantes podem discutir entre si quais aquelas em que mais gostariam de fazer voluntariado, de acordo com os seus interesses e valores pessoais.

2º Sessão

Visita dos grupos às instituições que escolheram. Após a visita e a experiência de voluntariado, cada participante deve fazer um registo reflexivo da mesma, incluindo sentimentos, aprendizagens, descobertas, etc.

Tópicos para reflexão:

- Achas que esta atividade te modificou a nível pessoal? Se sim, em quê e porquê?
- Qual foi o momento que mais te marcou, durante a experiência?
- Achas que, caso mantivesses o trabalho voluntário nessa instituição, teria um impacto na vida do público-alvo da mesma? Em quê?
- E em ti, que impacto poderia ter a continuação desse trabalho?

3º Sessão

Criar um ambiente de partilha e reflexão sobre a experiência de voluntariado, no qual todos/as os/as participantes se sintam confortáveis para intervir, expondo a sua reflexão particular através da leitura do trabalho que fizeram. É importante enquadrar sentimentos e emoções que possam ter surgido.

Referências Bibliográficas

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA. (s.d.). Voluntariado. Obtido de <https://cidadania.dge.mec.pt/voluntariado/o-que-e-o-voluntariado> Consultado em 17/11/21

INE INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS. (2019). Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018.

REDE NACIONAL DE CONSUMO RESPONSÁVEL. (2008). Manual para o Voluntariado em Consumo Responsável. Lisboa: Rede Nacional de Consumo Responsável.

VOLUNTARIADO. (s.d.). O que é o Voluntariado? Obtido de <https://voluntariadoesmt.wordpress.com/voluntariado/>, Consultado em 17/11/2021.

VOLUNTÁRIOS (s.d.) O que é Voluntariado? Obtido de https://voluntarios.com.br/oque_e_voluntariado.htm, Consultado em 17/11/21.

5. INTERCULTURALIDADE E MULTICULTURALISMO



Culturas majoritárias e minoritárias

COMO SE DEFINE CULTURA?

A cultura é compreendida como os comportamentos, tradições e conhecimentos de um determinado grupo social, incluindo a língua, as comidas típicas, as religiões, música local, artes, vestimenta, entre inúmeros outros aspetos.

Para as ciências sociais (entre elas a sociologia e antropologia), cultura é uma rede de compartilhamento de símbolos, significados e valores de um grupo ou sociedade. São formados artificialmente pelo homem, ou seja, de uma maneira não natural.

A origem da palavra cultura vem do termo em latim *colere*, que significa cuidar, cultivar e crescer. Por isso o termo também está associado a outras palavras, como a agricultura, que trata do cultivo e crescimento das plantações.

A cultura está no centro da identidade social e individual de cada um, sendo muito importante na harmonização das identidades de grupo dentro de uma estrutura de coesão social. Quando falamos em cultura, falamos em todos os fatores que servem de molde para formas de pensar, acreditar, sentir e agir enquanto indivíduo como membro da sociedade.

O conceito de **multiculturalismo** refere-se à existência de diversas culturas numa região, cidade ou país, com no mínimo uma cultura predominante. O conceito de **interculturalidade** tem como base a dinâmica do desenvolvimento de relações sociais entre diferentes grupos culturais. É definido pela interação de diversas culturas e é também marcado pela possibilidade de dar origem a novas expressões culturais, resultantes do diálogo possibilitado pelo respeito mútuo. O **multiculturalismo precisa da interculturalidade**, quer a nível local e regional, quer a nível nacional e internacional.

A **educação intercultural** promove uma visão de abertura à cultura do outro, a qual assume crenças e comportamentos distintos dos meus, mas em nenhum momento com menos valor, desde que pautados pelos princípios do respeito pela liberdade de cada um.

Minorias étnicas são comunidades compostas por pessoas que possuem unidade cultural e consciência de pertença ao grupo, por vezes identificadas por traços biológicos visíveis, com características étnicas, religiosas, de costumes ou nacionalidade diferentes das da sociedade em que está inserida, e que geralmente não vive em igualdade de condições relativamente à maioria. Existem no mundo diversas culturas que constituem minorias étnicas, além de grupos que se configuram como minoria devido às suas circunstâncias de vida, como por exemplo as comunidades imigrantes nos países de acolhimento. Por vezes, há traços culturais das etnias que são difíceis de conciliar com as características culturais dos grupos dominantes da sociedade, o que pode gerar resistência à sua integração e, no extremo, discriminação e conflito.

O termo minoria é normalmente usado para nos referirmos a quatro grupos diferentes:

1. Povos autóctones ou indígenas (ex.: povo Maori, na Nova Zelândia);
2. Minorias territoriais, onde existe uma longa tradição cultural (ex.: comunidade cigana);
3. Minorias não territoriais/nômadas, que não têm uma ligação a um território específico (ex.: povos Tuaregue, espalhados por vários países africanos);
4. Imigrantes.

A vitalidade cultural está muito ligada ao estatuto social e económico das comunidades minoritárias. Isto acontece porque as características culturais de diferentes comunidades, como práticas, crenças ou estilos de vida são mais valorizados e hierarquizados. E enquanto algumas destas práticas prevalecem, outras acabam por ser marginalizadas, postas de parte. Reconhecendo a importância da Educação na transmissão da cultura dentro de cada comunidade, é relevante que em contexto educativo se atenda às necessidades educacionais de todas as minorias étnicas. A força cultural, social e económica dessas comunidades deve

ser reconhecida, e os programas educativos devem ter em linha de conta os princípios culturais desses/as alunos/as, de modo a facilitar a sua participação e integração da sociedade em que se encontram inseridos.

É portanto fundamental que conheçamos essas comunidades marginalizadas, a sua história e cultura, de forma a construir estratégias para uma melhor integração na sociedade.

A título de exemplo, as comunidades de cultura cigana têm sido tradicionalmente marginalizada em Portugal e muitos outros países. E tal como esta, muitas outras comunidades de culturas minoritárias também sofrem de algum tipo de discriminação ou racismo. É necessário dar resposta a esta problemática, de forma coerente e transversal, para promover a coesão social e para que estas pessoas não tenham de se excluir nem de ser excluídos por outros.

Tratar abertamente estas temáticas significa alertar, consciencializar e educar jovens e adultos a se tornarem mais empáticos, compreensivos, respeitadores e livres de preconceitos ao interagirem com pessoas que sofrem diariamente de algum tipo de preconceito relativo à sua etnia, cor da pele, língua, etc..

Comunidade cigana em Portugal

A comunidade cigana está presente em Portugal há mais de 500 anos. Foi no século V que estes povos, com origem no Nordeste da Índia, começaram a sua longa jornada de migrações. Ao passarem por tantos países e por regiões tão diferentes, acabavam por ser influenciados a nível cultural e linguístico pelos lugares onde se fixavam, formando então vários grupos com as mesmas raízes e origens, mas diferentes entre si.

O povo cigano sofreu de discriminação e marginalização desde cedo, devido às marcadas diferenças que apresentavam das culturas para onde migraram, quer em termos de linguagem, vestuário, modo de vida e até de se relacionar entre si, e à marcada dificuldade de serem compreendidos e aceites. Esta situação levou-os a isolarem-se da sociedade,

criando uma barreira que possibilitou a conservação da sua cultura e identidade mas também aprofundou um sentimento de desconfiança e desconforto por parte das culturas maioritárias, levando historicamente à exclusão deste povo.

Olhando para o passado histórico destas comunidades e avaliando o seu estilo de vida, é perceptível a sua dificuldade de integração e o facto de ainda hoje ser uma situação socialmente bastante delicada. Embora se tenham observado melhorias na sua capacidade de integração e na qualidade de vida, bem como transformações sociais positivas (ex: acesso de mulheres à escolaridade, incluindo formação superior), existem ainda alguns fatores que estão na causa da sua difícil integração, destacando-se:

- a diversidade cultural e étnica presente dentro da chamada etnia cigana;
- a exclusão social;
- a discriminação;
- a rejeição da escolarização;
- a elevada taxa de iliteracia;
- a falta de acesso e/ou rejeição do mercado de trabalho formal;
- desresponsabilização pela autossustentabilidade;
- a baixos recursos económicos;
- a intransigência e regras fortes dentro da comunidade;
- a conceito de habitação horizontal, com estrutura própria;
- a desconfiança dos serviços de saúde e baixo nível de autocuidado.

Ao longo do tempo, a integração de comunidades ciganas tem sido possível, sendo reconhecida a história e cultura deste povo, resultado da construção de laços de respeito e estima entre indivíduos ciganos e não-ciganos. Procurar conhecer e compreender a cultura cigana, na sua origem, como a qualquer outra cultura minoritária, é o caminho para aceitar as suas escolhas e formas de vida, sempre num compromisso pelo respeito e liberdade mútuos.

Racismo

O racismo constitui uma atitude preconceituosa e discriminatória contra indivíduos de determinada etnia, distinta segundo caracteres físicos e hereditários como a cor da pele, que confere a determinado grupo uma percepção de superioridade sobre o indivíduo ou o grupo étnico.

Esta ênfase na diferença do 'outro' pode originar um efeito de oposição entre os grupos, especialmente em sociedades culturalmente diversas, chegando a ver o 'outro' como rival e como um inimigo.

Estudos indicam que as práticas racialmente discriminatórias são mais frequentes para com os grupos minoritários, existindo também um contexto de rivalidade entre os diferentes grupos minoritários. Como qualquer outro preconceito, a exclusão dos grupos culturais minoritários provém de estereótipos e de atitudes etnocêntricas. Estes preconceitos, e as atitudes e comportamentos consequentes, tendem a ser agravados quando a distância social entre os grupos é maior e não existe qualquer contacto entre os mesmos.

Nas relações interculturais, várias pesquisas indicam que o contacto positivo entre grupos reduz o preconceito e a discriminação entre diferentes etnias. A implementação de políticas e práticas que incentivam o contacto próximo com membros de outros grupos culturais, étnicos ou religiosos possibilita a criação de ligações harmoniosas, reduzindo a tensão e o preconceito que existe entre os grupos.

O diálogo intercultural como estratégia de comunicação possibilita a criação de espaços onde o contacto intergrupar é mais favorável, sendo fundamental na eliminação do racismo. Proporcionar oportunidades de diálogo permite a aproximação e a reflexão, aumentando o conhecimento do outro e, consequentemente, eliminando o preconceito. Este diálogo pode também levar à tomada de consciência que permite a eliminação das diferenças, quando realizado de forma aberta e respeitosa. Ao promover o contacto com estas diferenças – sendo elas reais ou preconcebidas – e uma autorreflexão crítica, o diálogo intercultural conduz à tolerância e à redução do medo do desconhecido que é o que está por detrás do preconceito intercultural.



#ATIVIDADES

1. O OUTRO LADO DA REDE

Faixa Etária: a partir dos 12 anos.

Duração: 45 minutos.

Número de participantes: grupos de 3-4 participantes (o número de grupos varia consoante a turma).

Material: cartolina, papéis recortados em forma de cartões; imagem "O outro lado da rede" (impressa ou projetada para que todos/as os/as participantes a vejam); marcadores e fita-cola.

Objetivos: conhecer e refletir sobre as diferenças culturais relativas ao género masculino e feminino.

Atividade:

1. Iniciar por apresentar o objetivo da atividade.
2. Distribuir os participantes em grupos de 3 ou 4 pessoas.
3. Distribuir a cada grupo ou projetar a imagem "O outro lado da rede", captada nos Jogos Olímpicos de 2016 (imagem abaixo).
4. Dentro do grupo, cada aluno/a deve descrever o que vê, interpretar o que está retratado na imagem, debater sobre os motivos pelos quais a imagem se tornou tão importante, quer em termos desportivos, quer em termos culturais (explorar as diferenças, ex: esta fotografia poderia ser tirada a dois atletas do género masculino?). Discutir e debater entre o grupo as diferentes visões e interpretações. O grupo deve registar num cartão as suas perceções.
5. Convidar cada grupo a colar o seu cartão na cartolina.
6. Seguidamente, questionar os grupos sobre o que consideram que poderia ser diferente na imagem e como pensam que esses aspetos poderão mudar. Esta reflexão deve durar 10 minutos.

7. Após a reflexão, cada grupo regista as suas conclusões no cartão e afixa o cartão, novamente, numa cartolina, colocada num lugar visível.

8. Cada grupo deve partilhar as suas conclusões e deve ser promovido o debate entre os grupos.



"O outro lado da Rede"

#ATIVIDADES

2. MINORIAS

Faixa Etária: a partir dos 16 anos.

Duração: duas sessões de 50 minutos.

Número de participantes: mínimo 8 participantes (4 voluntários e 3 para plateia. Pode variar consoante a dimensão da turma).

Materiais: texto "A Situação" (disponível em anexo) e folhas de papel A4.

Objetivos: sensibilização para a tolerância e promoção das relações entre diferentes minorias, para que estejam mais conscientes da importância que tem a aceitação dessas comunidades minoritárias.

Atividade:

1. Realizar a leitura do seguinte texto:

A Situação

*Um jovem negro imigrante da tua cidade foi atacado por um grupo violento de jovens na rua, a meio da noite, quando saía de uma discoteca. O jovem ficou gravemente ferido estando, neste momento, no hospital. Depois do incidente, a associação de jovens africanos da tua cidade escreveu uma carta a várias organizações de minorias para marcar uma reunião, de forma a **definir uma ação pública contra este acontecimento**. Os polícias presentes parecem não ter demonstrado fazer algum esforço para identificar os agressores.*



2. Requisitar 4 voluntários/as para assumirem os seguintes papéis e encenarem o desfecho da situação:

- 2 representantes da associação de imigrantes africanos;
- 1 representante de uma associação de direitos humanos;
- 1 diretor de uma instituição católica.

Nota: os papéis podem ser alterados consoante o objetivo da sessão. Pode ser criado um guia que explique como cada papel deve ser apresentado.

3. Os/as restantes participantes deverão observar, podendo participar sempre que necessário, gerando um debate mais rico.

Questões para debate e reflexão:

- Como se sentiram os atores?
- O que os outros observaram?
- Até que ponto o que se passou representa a realidade em que vivemos?
- Quais os problemas que se revelaram durante o exercício?
- Como podemos contribuir para a resolução desses problemas?

Nota: os temas discutidos deverão ser: discriminação, racismo, limites da tolerância, relações entre maiorias e minorias e também entre grupos de minorias.

#ATIVIDADES

3. O QUE HÁ DE COMUM NAS DIFERENÇAS?

Faixa Etária: entre os 12-18 anos.

Duração: 120 minutos.

Número de participantes: mínimo 12 participantes.

Material: computador; projetor; lápis/canetas; folhas de papel; papel post-it.

Objetivos: contribuir para aumentar o conhecimento relativo às questões da igualdade e da diferença e compreender como podemos viver de forma pacífica num mundo de diferenças.

Atividade:

1. Iniciar por explicar o objetivo da atividade.
2. Promover a dinâmica de apresentação, onde cada um/a é convidado/a a referir um grupo minoritário da sociedade onde vivemos, dizer se é alvo de exclusão e porquê, escrevendo o mesmo num post-it.
3. De forma a consolidar os exemplos referidos realizar uma dinâmica de grupo: dividir os/as participantes em quatro grupos em igual número – cada grupo representará uma comunidade minoritária (pode ser uma nacionalidade imigrante, presente noutro país), tal como comunidade cigana, chinesa, brasileira e angolana, por exemplo.
4. Numa primeira fase, os membros de cada grupo terão que referir cinco características positivas dessa cultura minoritária.
5. Numa segunda fase, misturam-se os elementos todos os grupos, em que cada um dos novos quatro grupos tem que possuir elementos de cada grupo anterior, portanto de cada cultura existentes. Nesse momento têm que chegar a um consenso sobre cinco características positivas comuns.
6. Numa última fase, há um plenário em que terá que se decidir cinco características positivas consensuais para todos/as com base em todas aquelas que foram descritas anteriormente.

#ATIVIDADES

4. IMAGINA QUE...

Faixa Etária: a partir dos 15 anos.

Duração: 60 minutos.

Número de participantes: a partir de 10 participantes.

Material: folhas de presença; cartões com questões; canetas.

Objetivos: identificar atitudes discriminatórias; reconhecer potenciais dificuldades pessoais em lidar com a diferença; problematizar fenómenos de discriminação e exclusão associados à pertença a um dado grupo.

Atividade:

1. Iniciar por explicar o objetivo da atividade.
2. Propor aos/às participantes que formem pares e se sentem frente a frente, formando dois círculos. Distribuir uma folha com uma questão (exemplos de questões abaixo) e durante 5 minutos os pares discutem e registam a resposta.
3. Terminado este tempo os/as participantes que se encontram no círculo de fora deslocam-se para a cadeira que está à sua direita, ao passo que os/as que integram o círculo de dentro mantêm-se nos seus lugares. Este ciclo repete-se a cada nova questão.
4. No final da atividade, no contexto do grande grupo, são convidados/as a responder às seguintes questões "Como se sentiram face às questões colocadas? Descobriram alguma coisa sobre os vossos limites pessoais relativamente a estas questões?"

Ficha de questões:

- Imagine que uma amiga sua se assume como racista, como reagiria?
- Imagine que saiu à noite e que no seu grupo de amigos/as se contam inúmeras piadas racistas. Como reagiria?
- Imagine que chega a casa com um amigo negro. Como seria a reação da sua família?
- Imagine que a sua melhor amiga lhe conta que está apaixonada por um rapaz de etnia cigana. Que sentimentos e pensamentos lhe ocorreriam?
- Imagine que vai a uma festa de anos na qual apenas estavam pessoas da China. Como se sentiria?
- Imagine que se muda para a casa em frente à sua numerosa família de ciganos. Que sentimentos esta situação lhe despertaria?
- Imagine que lhe era pedido que formulasse uma questão parecida com as que anteriormente respondeu. Qual seria essa questão?

Referências Bibliográficas

ACIDI. (s.d.). Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020. Lisboa: ACIDI.

ELIAS, A. (2017). Racism, anti-racism and intercultural dialogue. Em UNESCO, Interculturalism at the crossroads: comparative perspectives on concepts, policies and practices (pp. 259-278). Paris: UNESCO.

UNESCO. (2006). Education and Multiculturalism. Em UNESCO, Guidelines on Intercultural Education (pp. 12-20). Paris: UNESCO.

6. PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

A DEMOCRACIA EM PORTUGAL

Portugal vive em democracia desde 1974 e foi a Revolução de 25 de Abril que assim o permitiu. O regime autoritário do Estado Novo foi derrubado com o golpe militar guiado pelo Movimento das Forças Armadas, possibilitando a democracia em Portugal e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento. Um ano depois realizam-se as primeiras eleições por sufrágio universal em Portugal, para votar nos partidos que estavam representados na Assembleia Constituinte. Foi na Constituição de 1976 que ficou definido o parlamento português, que juntava as funções legislativas e políticas do Governo e da Administração Pública: a Assembleia da República.

Nem todas as estruturas democráticas estão organizadas da mesma forma, isto é, há países (como, por exemplo, o Brasil ou os Estados Unidos) em que o sistema político e os seus órgãos de soberania estão organizados de forma distinta do Português.

Apresentamos abaixo algumas definições sobre instituições fundamentais da democracia em Portugal.

Assembleia da República:

É onde são feitas as leis, onde são debatidos temas fundamentais que influenciam diretamente a nossa vida quotidiana e se realizam tomadas de decisões acerca do presente e do futuro do país. A Assembleia deve garantir o cumprimento das leis da Constituição.

Constituição da República Portuguesa:

É a lei suprema do país e é a base legal por onde todas as outras leis devem ser guiadas.

Grupos Parlamentares:

São grupos de deputados, que estão presentes no Parlamento/ Assembleia, e que partilham entre si os mesmos ideais e valores sobre o país.

Deputados/as:

Um/a deputado/a é um cidadão com mais de 18 anos, eleito/a pelos portugueses nas eleições legislativas, que tem poder legislativo, isto é, no Parlamento os deputados votam a aprovação de decretos-lei e/ou leis, e também questionam o governo sobre a forma de governar. A Assembleia da República é composta por 230 Deputados, atualmente, embora a Constituição estabeleça que a sua composição pode variar entre um mínimo de 180 e um máximo de 230 Deputados. As eleições realizam-se de 4 em 4 anos e esse período de tempo entre eleições designa-se legislatura.

Presidente da Assembleia da República:

O Presidente da Assembleia da República tem como função principal dirigir e coordenar os trabalhos desta. É eleito por maioria absoluta dos Deputados que estejam em funções na primeira reunião plenária da legislatura, tendo o seu mandato a mesma duração (quatro anos). É a pessoa que substitui o Presidente da República em caso de ser necessário, além de representar o País em Portugal e no estrangeiro quando o Presidente da República não pode estar presente.

Presidente da República:

É o Chefe de Estado. Tem como funções representar a República Portuguesa, garantir a independência, as funções do Estado e as instituições democráticas. Os portugueses elegem diretamente o candidato que pretendem que execute este cargo.

Governo:

O Governo é formado por um conjunto de pessoas eleitas para liderar uma nação. Tem poder legislativo e administrativo e é responsável por gerir a Administração Pública, que inclui todos os serviços públicos prestados aos cidadãos. Em termos práticos e simplificados, algumas funções do Governo passam pela negociação com outros Estados ou organizações internacionais, propor leis à Assembleia da República e fazer a gestão do dinheiro público.

O voto:

O voto é um direito pessoal e um dever cívico, no sentido em que representa uma responsabilidade de cidadania. Em Portugal podem votar todos os/as os/as cidadãos/ãs maiores de 18 anos.

“(…) O exercício do direito de voto (...) é um ato muito sério e de enorme importância, especialmente se se trata de eleger uma assembleia constituinte, que tem por função elaborar a lei fundamental do País. Todo o cidadão tem o direito de votar conforme lhe dite a sua consciência, mas esse direito torna-se um dever, dado que ninguém deve esquivar-se a intervir no processo político, que é essencial, de escolher as pessoas, representantes dos partidos políticos, que hão-de elaborar aquela lei. Sendo o voto (...) um ato sério, responsável e consciente, tudo deve fazer-se para que os cidadãos exerçam aquele direito na legalidade, na paz, na concórdia e na tolerância, embora mantendo cada um a posição que lhe parecer melhor para defesa dos interesses do povo português. Para tanto, deve garantir-se a liberdade de todos para que o processo eleitoral corra os seus trâmites no maior civismo, pois só assim é possível a pureza do voto.”

In Comissão Nacional de Eleições



#ATIVIDADES

1. O JOGO DA DEMOCRACIA

Faixa Etária: a partir dos 16 anos.

Duração: 90 minutos.

Número de participantes: mínimo 12 participantes.

Materiais: uma folha A3 para cada grupo; 2 marcadores de cores diferentes para cada grupo (de preferência verde e vermelho); 1 cópia das regras do jogo para cada grupo; 24 fios de lã de cor verde com 150cm de comprimento cada; 1 rolo de fita-cola para cada grupo; 1 tesoura para cortar os fios de lã.

Objetivos: promover a compreensão da associação entre direitos e deveres das complexas relações entre os diferentes quadrantes de uma democracia e a cooperação e a responsabilidade civil.

Atividade:

1. Iniciar por explicitar que o objetivo desta atividade consiste em representar num mapa as diferentes relações entre quadrantes de uma sociedade democrática.

2. Dividir os/as participantes em quatro grupos, todos com a mesma dimensão (mínimo de 3 participantes por grupo), de forma a representarem quatro “atores” de uma democracia: o Governo, o sector das ONGs, os meios de comunicação social e os/as cidadãos/ãs.

3. Distribuir a cada grupo uma folha A3 e os dois marcadores, solicitando que façam uma breve reflexão em grupo sobre o papel e as funções do ator democrático que estão a representar: a vermelho devem ser listadas as cinco funções mais importantes.

4. Reunir os vários grupos para que possam apresentar as suas ideias e discutir de acordo com as várias reações. No decorrer do debate sobre as funções de cada ator democrático, é permitido modificar as listas iniciais, caso os/as participantes o queiram fazer.

5. Voltar aos pequenos grupos, agora para discutir quais as suas necessidades para poderem realizar plenamente as suas funções. Neste contexto, deverão listar, a verde, as condições e circunstâncias que esse ator precisa de articular, negociar ou colaborar com os demais atores para que esse ator possa servir os interesses dos cidadãos e do país da forma mais adequada. Esta discussão deverá durar cerca de 15 minutos. Ex: para as ONGs, o que é necessário que o Governo ou a comunicação Social ou os/as cidadãos/ãs façam para que as ONGs cumpram o seu propósito ou objetivo?

6. Orientar os grupos para ordenarem as seis necessidades mais importantes.

7. Distribuir a cada grupo um rolo de fita-cola e seis fios de lã, que serão utilizados para representar essas necessidades, e as cópias das “Regras do Jogo”.

8. Ler em voz alta as regras, garantindo que todos/as os/as participantes compreenderam o que devem fazer.

9. Pedir aos grupos para disporem as suas folhas de papel no centro da sala, de maneira a formar um quadrado, afastadas umas das outras cerca de 1m. Os membros de cada grupo devem posicionar-se perto do respetivo “canto”.

10. Iniciar um conjunto de rondas de negociação, em que cada ronda deve durar cerca de 10 minutos. Quando um ator consegue garantir as circunstâncias que o permitem realizar as suas plenas funções, as quais interdependem de outros atores, deve ser colado um dos pedaços de lã entre as duas folhas, o que significa que aceitam a responsabilidade conjuntamente.

11. No final do processo, os quatro “atores” estão interligados por uma teia de lã muito complexa. Avançar para a análise e avaliação da atividade enquanto os/as participantes ainda estão sentados à volta do quadro.

>>>

#ATIVIDADES

1. O JOGO DA DEMOCRACIA

>>>

Tópicos para reflexão e debate:

Observem a teia que construíram. Como é que este exercício, e olhar para esta teia, mudam a vossa visão sobre os desafios da democracia? Quais os desafios na gestão das diferentes funções desempenhadas pelos vários atores numa democracia?

▪ Nos casos em que houve algum desentendimento entre os grupos relativamente à aceitação ou rejeição das várias exigências, quais as melhores formas de os superar? [Identificar claramente as estratégias utilizadas]

▪ Quais das exigências feitas não foram aceites como responsabilidades? E porquê? Acham que esses casos constituiriam um problema na realidade?

▪ Houve alguma responsabilidade aceite pelo grupo, que não fosse reconhecida antes? Como é que se sentem em relação a essa exigência?

▪ Aprenderam alguma coisa sobre a dinâmica de uma sociedade democrática que ainda não soubessem? Houve alguma surpresa?

Regras do jogo:

1. O objetivo deste exercício é que cada "ator" consiga que as suas necessidades sejam aceites por parte dos outros "atores".

2. As negociações são feitas entre cada par de "atores", em três rondas, conforme o exemplo:

▪ **1.ª Ronda:** negociação entre os/as cidadãos/ãs e as ONGs; negociação entre o governo e os meios de comunicação social.

▪ **2.ª Ronda:** negociação entre os/as cidadãos/ãs e os meios de comunicação social; negociação entre o governo e as ONGs.

▪ **3.ª Ronda:** negociação entre os/as cidadãos/ãs e o governo; negociação entre os meios de comunicação social e as ONGs.

3. Os pares decidem quem deve começar e, depois, um de cada vez pode expor as suas necessidades e apresentar aquilo de que necessita por parte do outro para que esse ator possa servir o seu propósito.

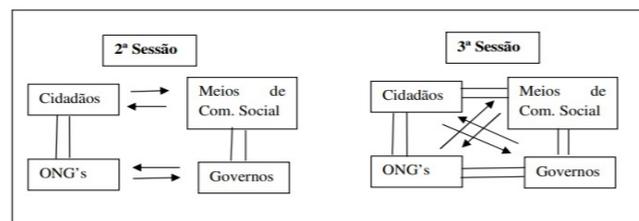
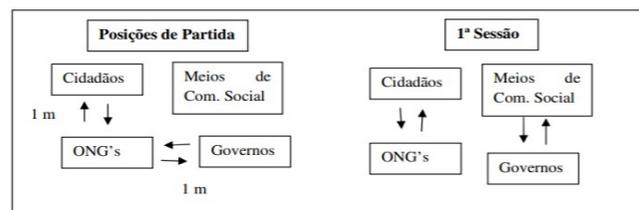
4. As necessidades devem ser expressas e apresentadas de forma clara e concisa. Os participantes devem explicar do que necessitam e por que motivos, ou seja, qual o seu objetivo no desempenho das suas funções.

5. Para se disponibilizar ou não a colaborar ou permitir as condições para que outro ator satisfaça as necessidades para cumprir o seu propósito, avaliar se a mesma é justa e se a conseguem cumprir.

6. Se um grupo rejeitar colaborar, o pedaço de lã deve ser posto de lado, uma vez que não será utilizado. Se a necessidade for aceite, o pedaço de lã deve ser colado entre as duas entidades, simbolizando a relação estabelecida. O grupo que aceitou colaborar, deve tomar nota na sua tabela, para não se esquecer do prometido.

7. Repitam o processo até discutirem todas as exigências.

8. Repitam o processo até haver ligações entre os quatro "atores".



#ATIVIDADES

2. CADA VOTO CONTA

Faixa Etária: 13 a 15 anos.

Duração: 2 sessões de 60 minutos.

Número de participantes: 15-30 participantes.

Materiais: folhas de casos; papel e lápis para formação de boletins de voto para todos/as os/as participantes.

Objetivos: simular um ato eleitoral e fomentar a compreensão do significado de eleições justas e democráticas, dos mecanismos do voto democrático e da importância da participação dos cidadãos.

Atividade:

1ª Sessão

Iniciar por explicar que a Declaração Universal dos Direitos dos Humanos, no seu artigo 21º, garante a todas as pessoas o direito de "tomar parte na direção dos negócios públicos do seu país, quer diretamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos.", e que "a vontade do povo... deve exprimir-se através de eleições justas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto". Lançar aos participantes as seguintes questões:

- O que é uma eleição justa/livre?
- Porque é que o voto deve ser secreto?
- A quem é permitido votar?
- O que significa ter representantes? Quem são os nossos representantes e que responsabilidades têm?

1. Esclarecer que mesmo não podendo ainda votar, os/as participantes podem já participar em diferentes formas de 'eleição' no sentido de decidir sobre temas relacionados

com as suas próprias vidas. Pedir aos/às participantes para discutirem sobre as suas atuais oportunidades de escolha:

- Têm exemplos de situações sobre as quais já tenham votado ou sido auscultados/as?

2. Informar que o objetivo da atividade é experimentar o método democrático para a tomada de decisões.

3. Dividir os/as participantes em grupos, com 5/6 elementos por grupo. Distribuir uma Folha de Caso por cada grupo, e assegurar que pelo menos dois grupos trabalharão no mesmo caso (Caso E), que será utilizado mais tarde numa simulação. Esclarecer dúvidas e confirmar que todos compreendem os conceitos utilizados.

4. Reservar entre 15/20 minutos para a discussão dos casos nos grupos. Depois, solicitar a cada grupo que explique o seu caso, bem como o processo de tomada de decisão utilizado para o resolver. Os grupos que trabalharem o caso E serão os últimos a fazer a sua apresentação. Entre cada apresentação, colocar aos/às restantes participantes as seguintes questões:

- Este processo foi democrático?
- Todos/as os/as envolvidos/as no caso tiveram oportunidade de expressar a sua escolha?
- Foi justo? Foi secreto?
- Todos/as os/as que votaram sabem exatamente em quem e naquilo em que estão a votar?

5. No final das apresentações, pedir a atenção dos/as participantes para o caso E e explicar que o mesmo será submetido a uma votação simulada, sendo para isso necessário estarem todos de acordo sobre a forma como será tomada esta decisão. Verificar se existem diferentes soluções apresentadas e discutir sobre os melhores argumentos de cada uma:

- Que ideia poderá resultar melhor? Qual deverá ser usada?

6. Registrar no quadro as principais decisões obtidas em grupo, de forma a obter um plano de votação para o Caso E.

>>>

2. CADA VOTO CONTA

>>>

2ª Sessão

1. Recordar o trabalho realizado na sessão anterior e os principais factos do Caso E. Apresentar novamente o plano de votação e explicar que o mesmo será testado através da simulação de um ato eleitoral.

2. Distribuir boletins de voto aos/às participantes e explicar o exercício. A definição dos papéis consta do caso:

- O/a Coordenador/a da Eleição pede aos três porta-vozes que expressem a sua opinião;
- O/a Coordenador/a da Eleição solicita à audiência que coloque questões e que expresse também a sua opinião;
- O/a Coordenador/a da Eleição verifica se todos/as os/as participantes estão preparados para votar e explica de que forma é que ganha a votação de acordo com o que foi definido no plano do grupo (ex.: maioria simples);
- O/a Oficial de Voto solicita aos/às participantes que votem (de acordo com o método definido no plano). O/a coordenador/a da Eleição e o/a Oficial de Voto recolhem os boletins e contam os votos.
- O/a Oficial de Voto anuncia os resultados. Se forem vinculativos, o/a Coordenador/a de Eleições anuncia qual foi a decisão final do grupo.

3. Promover a reflexão, debate e identificação de conclusões sobre a atividade.

Tópicos para debate e reflexão:

Promover o debate entre os/as participantes sobre a sua experiência nesta atividade:

- Que características teve este processo de votação? [Se não mencionados espontaneamente, explorar os conceitos de justiça e democracia]
- Como poderiam transportar esta atividade para situações concretas no dia-a-dia? Num caso destes como é que as decisões são usualmente tomadas? As crianças/jovens são chamadas/os para dar a sua opinião?
- Que tipo de decisões só os adultos podem tomar?

Relacionar esta atividade com os direitos humanos, perguntando:

- Para além de ocuparem um cargo para o qual foram eleitas, de que outra forma podem as pessoas participar no governo?
- Qual é a idade mínima para poderes votar?
- Como podes participar no governo do país, antes de poderes votar?
- Consideram o direito a participar no governo do país suficientemente importante para ser um direito humano?
- O que aconteceria se alguns/mas participantes tivessem decidido não votar no exercício que fizemos? O que poderá acontecer se as pessoas não usarem o direito a participar no governo do país?

>>>

2. CADA VOTO CONTA

>>> Folha de Casos <<<

1ª Sessão

Caso A

A tua escola foi convidada a enviar um representante às comemorações do Dia Internacional da Criança, que decorrerão na Câmara Municipal. A escolha do/a representante cabe aos/às alunos/as da escola. Existem 500 alunos/as na tua escola. Como deve ser escolhido esse/a representante, de acordo com o modelo democrático? Por quem? De que forma?

Caso B

O teu clube desportivo precisa de um/a novo/a presidente. O clube tem 60 sócios/as. Como deve ser decidido quem será o/a novo/a presidente, de acordo com o modelo democrático?

Caso C

Os/As alunos/as da tua escola terão que escolher os desenhos vencedores do 1º, 2º e 3º prémio de um concurso artístico. Estão 50 desenhos (um desenho por artista) a concurso e há 300 alunos na escola. Como devem ser escolhidos os vencedores, de acordo com o modelo democrático? Por quem? De que forma?

Caso D

Os/As alunos/as da tua escola estão a discutir internamente se deve ou não ser permitido trazer telemóveis para a escola. Alguns/mas consideram que deve ser permitido, outros/as acham que o telemóvel é um elemento de distração e que pode discriminar quem não tem. O diretor da escola considera que este deve ser um assunto decidido pelos/as próprios/as

alunos/as. Há 350 alunos/as na escola. Como chegar a uma decisão de forma democrática?

Caso E

A tua turma recebeu um donativo de 500 euros. O/a delegado/a da turma acha que deve ser a própria turma a decidir como gastar esse dinheiro. Alguns/mas querem fazer uma festa com boa comida. Outros/as preferem fazer uma viagem. Alguns/mas querem comprar novos jogos e materiais didáticos para a Escola. Uma pessoa acha que o dinheiro deve ser guardado para uma emergência. Outra pessoa quer comprar um quadro interativo. Há 30 alunos/as na turma. Como vão decidir democraticamente o que fazer ao dinheiro?

Questões a considerar:

- Que formas de decisão democrática conhecem? Além de eleições/votação?
- Como vão organizar a eleição/votação? [estrutura de pessoas, garantia de sigilo, etc.]
- Que critérios utilizam para decidir em quem votar? Haverá nomeações/representantes de subgrupos, por exemplo, cada turma tem direito a um voto? Como será isso feito?
- Quantos/as candidatos/as terão? Deve haver limite de candidatos/as?
- Haverá espaço para discursos de campanha e debates?
- Há elementos cujo voto tenha maior peso que outros?
- Há lugar para o voto em branco/abstenção?

>>>

2. CADA VOTO CONTA

>>> Folha de Casos <<<

2ª Sessão – Votação simulada

Questões a considerar:

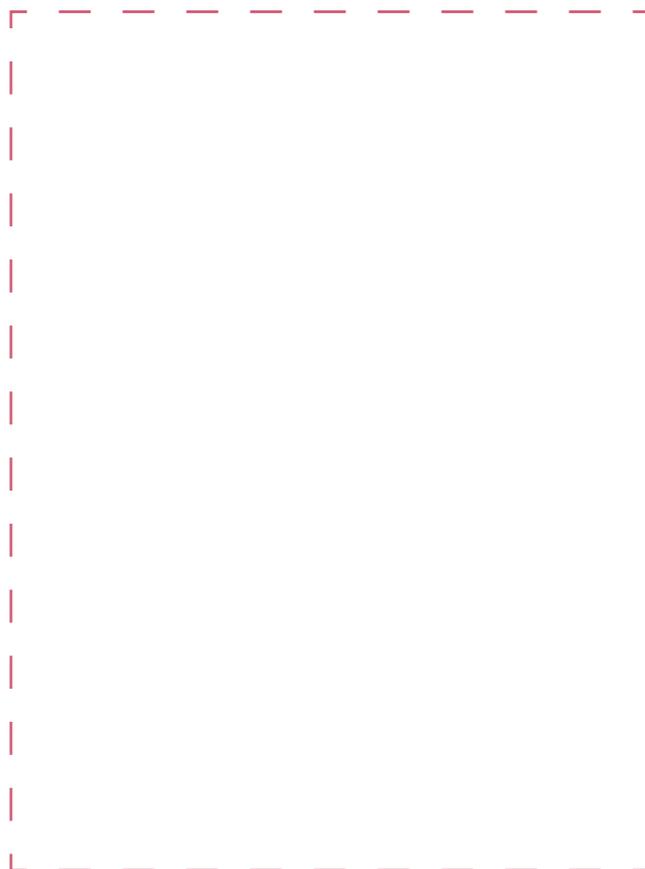
- Como é que os/as participantes vão votar? O voto será secreto?
- Como será decidido quem é o/a vencedor/a?
- E se houver uma diferença mínima de votos entre os/as 2 candidatos/as mais votados/as? Haverá nova eleição só com os/as 2 candidatos/as? Será necessário ter maioria de votos (ex.: mais de 50%)?

Papéis a desempenhar na votação simulada – caso E:

- Tu és o/a COORDENADOR/A DA ELEIÇÃO. A tua função é organizar e moderar os debates, explicar o que será necessário para que haja uma decisão vencedora e ajudar a contar os votos. Se houver necessidade de uma nova eleição só com 2 candidatos/as, ficas responsável pela sua organização.
- Tu és o/a OFICIAL DE VOTO. Preparas os boletins de voto, organizas a votação, contas os votos e anuncias os resultados. Se houver necessidade de uma nova eleição só com 2 candidatos/as, ficas responsável pela organização dos votos e da votação.
- Tu és o/a PORTA-VOZ de uma das possíveis decisões. Consideras que o dinheiro dever ser gasto numa grande festa. Apresenta alguns argumentos.

▪ Tu és o/a PORTA-VOZ de uma das possíveis decisões. Consideras que o dinheiro dever ser gasto em novos jogos e equipamento didático. Apresenta alguns argumentos.

▪ Tu és o/a PORTA-VOZ de uma das possíveis decisões. Consideras que o dinheiro dever ser gasto numa viagem para todos os alunos da turma. Apresenta alguns argumentos.



3. VOTO OU ABSTENÇÃO?

Faixa Etária: a partir dos 12 anos.

Duração: 2 sessões de 90 minutos.

Número de participantes: mínimo 12 participantes.

Materiais: cronómetro.

Objetivos: alertar para a importância da participação eleitoral, esclarecer sobre direitos e deveres eleitorais, sobretudo o dever de votar e promover a consciência sobre as consequências da abstenção.

NOTA: Espera-se que, com a realização desta atividade, os/as alunos/as possam compreender a importância da cidadania ativa e, consequentemente, da participação democrática, que inclui votar em todas as eleições. Para além disto é espectável que durante o debate possam surgir outras ideias-chave como a luta pela instauração da democracia, as vantagens ou desvantagens de diferentes formas de governar, etc. Caso esta ou outras ideias-chave não venham à tona no debate, o/a professor/a poderá provocar a discussão sobre estes pontos, para garantir que os objetivos da atividade sejam cumpridos, causando impacto nos jovens e, idealmente nas suas famílias.

Atividade:

1ª Sessão

1. Iniciar por esclarecer que esta atividade consiste na realização de um debate sobre o tema “Voto ou Abstenção”. Nesta primeira sessão, a turma deve ser dividida em dois grupos.

2. Solicitar um voluntário para desempenhar o papel de mediador/a do debate.

3. A cada grupo será atribuída a tarefa de defender no debate uma posição: a ideia de que todos/as os/as cidadãos/ãs maiores de idade devem votar em todas as eleições que acontecem, enquanto o outro grupo fica responsável por defender a posição de que os/as cidadãos/ãs devem abster-se nas eleições e por isso não votar nas mesmas. Esclarecer dúvidas e confirmar que todos compreendem os conceitos utilizados.

4. Definir brevemente os dois conceitos que estarão no centro do debate, o voto e a abstenção, de modo que o grupo fique a perceber a priori os conceitos que terá que defender. O/a professor/a deverá assumir uma posição neutra, sem transparecer concordância com as posições em discussão. Cada um dos dois grupos deverá preparar-se autonomamente, através de uma pesquisa e discussão em grupo, para defender a sua posição sobre “Voto ou Abstenção”.

5. Cada grupo deverá eleger um/a porta-voz, o qual deverá ser capaz de apresentar e defender os argumentos do grupo. Cada porta-voz terá no máximo 1 minuto por cada argumento, tendo cada um destes argumento que ser justificado e não apenas enumerado. Sempre que um argumento for apresentado, o grupo oposto terá de contra-argumentar, tentando contrariar aquela ideia.

6. No tempo em que os grupos se preparam para o debate, o/a mediador/a do debate deve preparar-se para o seu papel, tentando perceber o que é um/a mediador/a e qual o seu papel numa atividade destas. Uma vez que esta/e aluna/o não tem grupo o/a professor/a deverá acompanhá-lo/a de forma mais próxima.

>>>

3. VOTO OU ABSTENÇÃO?

>>>

Atividade:

2ª Sessão

1. No início da segunda sessão, questionar os grupos e o/a mediador/a se estão preparados/as para iniciar o debate e, caso seja necessário, dar mais 5/10 minutos para que possam ultimar os preparativos.
2. Assim que estejam todos/as prontos/as, pedir aos/às dois/duas porta-voz e à/ao mediador/a que se posicionem de frente para colegas ordenados da seguinte forma: porta-voz de um grupo, mediador/a e porta-voz do outro grupo.
3. Durante o debate, o/a professor/a deverá intervir o menos possível e assumir uma posição neutra. No fim do debate, o/a professor/a pode pedir aos/às alunas que quiserem para expressarem a sua opinião sobre o tema, o que acharam da atividade e quais as conclusões a que chegaram.



4. DEBATE DEMOCRÁTICO

Faixa Etária: a partir dos 13 anos

Duração: 60 minutos

Número de participantes: 10-20 participantes.

Materiais: Uma sala grande com uma parede larga e duas cadeiras; cartão (A4) e canetas coloridas para desenhar as palavras; fita-cola.

Objetivos: promover a consciencialização sobre aspetos controversos de uma sociedade democrática; praticar e desenvolver competências de escuta, debate e persuasão.

Atividade:

1. Iniciar por apresentar os objetivos da atividade.
2. Escrever "Concordo" e "Discordo" em dois cartões. Em seguida, colar um em cada extremidade de uma parede, certificando-se de que há espaço suficiente para todos/as os/as participantes formarem uma fila entre os cartões.
3. Colocar duas cadeiras no centro da sala, permitindo que haja espaço para os participantes andarem à volta delas.
4. Selecionar uma das frases entre as sugeridas abaixo (ver ficha no final) ou utilizar frases próprias, acerca de situações relativas à vida em sociedade que possam ser alvo de controvérsia.
5. Mostrar os dois cartões e explicar que serão lidas algumas afirmações com as quais os participantes podem concordar mais ou menos.
6. Ler a frase escolhida em voz alta.
7. Pedir aos participantes para se posicionarem mais perto ou mais longe dos cartões "Concordo" e "Discordo", conforme o grau de concordância com a afirmação: se concordarem ou

discordarem totalmente devem colocar-se junto dos cartões; caso contrário, devem posicionar-se num local intermédio entre os dois.

8. Quando todos tiverem assumido as suas posições, convidar os dois participantes que estiverem mais perto dos cartões para se sentarem nas duas cadeiras ao meio da sala. As outras pessoas devem sentar-se perto das cadeiras, colocando-se atrás da pessoa com a qual estejam mais de acordo ou, caso estejam indecisas, no centro da sala.

9. Cada um dos participantes sentados nas cadeiras terá um minuto para expor os motivos pelos quais assume aquela posição. Todos devem ouvir em silêncio.

10. No final desse tempo, pedir aos restantes participantes para tomarem a decisão de se juntarem ou ao grupo que está a favor da afirmação ou ao grupo que se posicionou contra a mesma. Ninguém pode continuar indeciso.

11. Separadamente, cada grupo deverá preparar argumentos que sustentem as respetivas decisões e selecionem um porta-voz para apresentar esses argumentos. Terão 10 minutos para isso.

12. Ao final desse tempo, chamar os grupos e pedir aos porta-vozes para ocuparem as cadeiras, tendo os seus apoiantes à volta.

13. Cada porta-voz disporá de três minutos para apresentar os seus argumentos; este é o momento em que as pessoas apoiantes podem decidir mudar de grupo, caso os argumentos da outra fação tenham sido convincentes.

14. Conceder mais cinco minutos a cada grupo para repensar separadamente os seus argumentos e escolher um terceiro porta-voz. No final das novas apresentações, quem apoia uma das posições pode voltar a mudar de posição, caso pretenda.

>>>

4. DEBATE DEMOCRÁTICO

>>>

Tópicos para reflexão e debate:

- Alguém mudou de opinião durante a análise? Se sim, quais foram os argumentos que o convenceram?
- Ficaram com a sensação de que tinham sido influenciados por outros aspetos para além dos argumentos utilizados como, por exemplo, a pressão dos colegas, a linguagem emocional ou o sentimento de rivalidade?
- Todas as opiniões devem ser aceites numa democracia?
- Como se sentiram ao ser representados nos debates por outra pessoa e como se sentiu quem foi porta-voz ao ter de expressar a opinião de todo o grupo?
- Acham que o pluralismo ou a liberdade de expressão devem ter algum tipo de limites numa sociedade tolerante?

Ficha – afirmações sugeridas para o debate

- Temos a obrigação moral de votar nas eleições.
- Devemos obedecer a todas as leis, mesmo às que não são justas.
- As únicas pessoas que têm algum poder numa democracia são as pessoas envolvidas na política.
- “As pessoas têm os políticos que merecem”.
- Faz parte da responsabilidade dos cidadãos e das cidadãs controlar as atividades do dia-a-dia do governo.
- Liberdade de expressão quer dizer que podemos dizer o que queremos.
- As pessoas extremistas deviam ser proibidas de falar em público.
- Votar devia ser obrigatório.
- Não vale a pena votar em representantes que se sentam no conselho da escola, porque o conselho só debate e faz recomendações e não pode tomar decisões vinculativas.

Referências Bibliográficas

CENTRO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. (s.d.). Os Amigos da Assembleia. Obtido de Espaço Jovem: <https://espacojovem.parlamento.pt/o-que-e-o-parlamento> Consultado em 17/09/2021

PARLAMENTO. (s.d.). Estado democrático. Obtido de Assembleia da República: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/democracia.aspx> 17/09/2021

REPÚBLICA PORTUGUESA. (s.d.). A Democracia Portuguesa. Obtido de República Portuguesa: XXI Governo Constitucional: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/portugal/democracia> 19/09/2021

NOTA FINAL

As atividades aqui expostas estão destinadas a determinadas faixas etárias, no entanto podem ser adaptadas de modo que fiquem mais adequadas a idades inferiores ou superiores às que estão representadas, ficando ao critério do/a agente educador em questão.

Atenção: pode acontecer que algum destes tópicos tenha impacto a nível emocional em algum(ns) aluno(s) de forma particular: ou porque conhece quem já tenha sido vítima, ou porque ele próprio já vivenciou situações traumáticas e associou com alguma emoção revisitada numa das atividades propostas. Sinais como desinteresse, introversão, desmotivação ou até alguma expressão de agressividade devem ser tidos em consideração. Se for necessário, o/a aluno/a deve ser abordado em particular criando um espaço protegido para escutar, esclarecer, apoiar e/ou, caso o/a docente entenda, e com consentimento do/a aluno/a, encaminhar para ajuda especializada.

